

# “Viagem e alargamento conceitual” na apropriação do léxico *emergente* ao estudo das Relações Internacionais

André Moreira Cunha, Lucas de Oliveira Paes e Pedro Cezar Dutra Fonseca

## Resumo

O trabalho analisa o léxico “emergente” em sua apropriação no estudo das Relações Internacionais. O trabalho parte da observação de que o emprego desse predicado a fenômenos das Relações Internacionais carrega transformações em seu significado original, na literatura sobre mercados financeiros. A análise proposta está estruturada em três etapas. Primeiramente, observamos as transformações semânticas do termo em sua literatura original, bem como a historicidade envolta em sua apropriação pelas Relações Internacionais. Essa apropriação será sustentada, à continuação, através de um estudo quantitativo, utilizado como *proxy* da disseminação do emprego do léxico *emergente* na disciplina. Por fim, a análise conduz um estudo qualitativo sobre os padrões semânticos no emprego do termo na disciplina, de modo a obter um *protótipo conceitual* do termo apropriado. Na conclusão, serão discutidos alguns aspectos teórico-metodológicos dos resultados para utilizar o termo “emergente” como um conceito nas Relações Internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: potências emergentes; países emergentes; mercados emergentes; viagem conceitual; alargamento conceitual.

Recebido em 6 de Junho de 2014. Aceito em 15 de Setembro de 2014.

## I. Introdução<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Agradecemos aos comentários elaborados pelos pareceristas anônimos da *Revista de Sociologia e Política*.

O mundo após a Guerra Fria tem levantado uma contínua discussão sobre a distribuição de poder entre os países. Grande parte da literatura contemporânea de Relações Internacionais tem se centrado na compreensão dos desafios à preponderância, hegemonia ou unipolaridade estadunidense (Brooks & Wohlforth 2008; Khana 2008; Layne 2009; 2012; Ikenberry, Mastanduno & Wohlforth 2011). No entanto, ainda que exista um elevado grau de concentração de poder em polos restritos, o redesenho das relações econômicas tem particularmente suscitado a discussão sobre os significados do incremento da participação de novos atores no produto e nos fluxos econômicos mundiais que ocorre no seu bojo. Essa conjuntura de mudanças dá relevância a um esforço interpretativo sobre atores em transição na hierarquia entre seus pares no sistema internacional, mesmo os mais distantes de uma realidade de transição hegemônica.

Em meio a esse contexto, verifica-se um debate relevante em torno de alternativas conceituais para a denotação desses novos atores (Hurrell 2000; 2013; Jordaan 2003; Cooper, Antikiewicz & Shaw 2007; Flesmes, 2007; Nolte, 2010; Santos 2011; Schenoni 2012; Cooper & Flesmes 2013). Subjacente a essa disputa entre categorias consagradas das Relações Internacionais – *i.e.* potências médias, potências regionais e semiperiferia – verifica-se a expansão no emprego do léxico *emergente* – substantivado em “países emergentes”, “potências emergentes”, “mercados emergentes” ou, simplesmente, os “emergentes” – para classificar esses atores de melhor saldo nas transformações políticas e econômicas observadas. Contudo, o debate sobre o espectro

denotativo e conotativo do termo *emergente*, particularmente o segundo, mantém-se em aberto na literatura, dificultando seu tratamento enquanto categoria conceitual. Desse modo, busca-se contribuir à análise das transformações do seu significado, associadas às mudanças na economia e na política internacional, como vetores da apropriação dessa categoria pelas Relações Internacionais.

Genealogicamente, o termo *emergente* tem sua origem associada a um contexto diferenciado, na literatura sobre mercados financeiros, provido de conteúdo semântico igualmente distinto. As mudanças conotativas sofridas pelo léxico *emergente* ao referir-se a fenômenos das Relações Internacionais descrevem um processo de “viagem” (conceptual travelling) e “alargamento conceitual” (conceptual stretching), no sentido originalmente proposto por Sartori (1970). A noção de “alargamento conceitual” é utilizada pelo autor para indicar a sobre-extensão<sup>2</sup> de um conceito, ou seja, seu emprego para classificar casos que põem em cheque seus atributos delimitadores. A denotação, em si, de casos que confrontam as fronteiras conotativas originais do conceito é o que Sartori chama de “viagem conceitual”. No caso do presente trabalho, assume-se a hipótese de que a “viagem” e o “alargamento” do léxico *emergente*, desde a categoria operacional *mercado emergente*, são elementos-chave de sua apropriação para o estudo das Relações Internacionais. Argumenta-se que a categoria apropriada não sofre de uma sobre-extensão, mas, sim, passa a exigir novos esforços de determinação para se adaptar ao novo contexto teórico em que se insere<sup>3</sup>.

Com isso, o objetivo deste trabalho é analisar o “alargamento” e a “viagem” do léxico *emergente* em sua apropriação, de modo a mapear o espectro conotativo que esse processo lega à disciplina de Relações Internacionais. A análise começa observando as transformações do significado do termo em sua literatura original, bem como a historicidade envolta em sua apropriação. Isso será desenvolvido nas próximas duas seções. Na seção seguinte, buscaremos evidenciar tal apropriação através de um breve estudo quantitativo, utilizado como *proxy* da disseminação do emprego léxico *emergente* na disciplina. A quinta seção retoma o objetivo central do trabalho, ao buscar os padrões de emprego do termo em trabalhos referenciais, ou seja, analisar o ponto de chegada de sua “viagem” e compreender o espectro conotativo que seu “alargamento” gera. Por fim, a última seção discute alguns significados dos resultados observados para a utilização do termo *emergente* como um conceito da disciplina de Relações Internacionais.

## II. “Viagem” e “alargamento” do léxico *emergente* na literatura financeira

O predicado *emergente* nasce descrevendo o sujeito *mercados emergentes*, dentro da literatura financeira, referindo-se a países que se integravam às novas condições da globalização financeira no final do século XX. Sua gênese está imbricada na conjuntura de refinanciamento dos elevados estoques de dívida de países em desenvolvimento desde a segunda metade da década de 1980. A autoria da alcunha *mercados emergentes* é atribuída ao presidente Antoine Van Agtamael, em 1981, do IFC (International Finance Corporation), braço financeiro do Banco Mundial, dentro do esforço para retomar o fluxo de capital privado para a reciclagem dos altos estoques de dívida dos países em desenvolvimento. Essa classificação substituía a antiga alcunha de *fundos do terceiro mundo* a fim de atribuir maior credibilidade a esses devedores dada a adoção das políticas de ajuste indicadas por organismos internacionais de financiamento. Na prática, o que se estava desenvolvendo era uma nova categoria de ativos financeiros que ganharia proeminência a partir dos *Brady Bonds* (Levi 2009; Pilbeam 2013).

<sup>2</sup> Sartori (1970, p.1041) identifica a *extensão* (*extension*) como o número de referentes reais de uma determinada categoria, ao passo que a *intensão* (*intension*) é o conjunto de atributos que determinam os membros dessa categoria. Ambas compõem o que o autor chama de “escala de generalidade” (*ladder of generality*) de um conceito. Uma sobre-extensão ocorre quando um conceito é deformado para abarcar novos casos. Para melhor compreensão da evolução dessa discussão ver Sartori (1970), Collier e Mahon (1993) e Goertz (2009).  
<sup>3</sup> Como trabalhado em Fonseca (2013), essa percepção não normativa da “viagem” e do “alargamento” conceituais os aproxima da discussão sobre a reconstrução do real na história, revelada pelo discurso, na tradição hegeliana de pensamento.

Nos anos 1990, os títulos de *mercados emergentes* se tornariam importantes componentes de renda fixa de diversos ativos (Levi 2009; Pilbeam 2013). Desse processo deriva uma vasta literatura específica sobre o tema e, na consequência de sua função operacional, as primeiras delimitações classificatórias. Solnik (1991) oferece uma das delimitações pioneiras, retomando a classificação original do IFC, ao compatibilizar uma evolução positiva da renda *per capita* com a adoção das medidas de ajuste estipuladas pelo órgão e por seus pares. Pereiro (2002) e Harvey (1995a; 1995b) oferecem uma lista mais ampla de atributos que adicionariam às políticas de ajustes e ao crescimento econômico, indicadores de integração de tais economias ao capitalismo financeiro internacional.

No arcabouço classificatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, ao longo dos anos 1990, a categoria *mercados emergentes* passa a figurar, em identidade, à de *países em desenvolvimento*. Essa incorporação, contudo, não passa por uma sistematização delimitativa; é a identificação desses espaços geográficos com as novas oportunidades econômicas em expansão. Os *mercados emergentes* e *países em desenvolvimento* seriam todas aquelas economias que não as avançadas quanto ao nível de renda *per capita* (World Bank 2013, International Monetary Fund 2013).

A virada para o século XXI observou um aumento da relevância desses novos *mercados emergentes* (Kose 2008). Do lado financeiro, o diferencial das taxas de juros oferecidas pelas moedas de alguns desses mercados em relação à do dólar e de outras moedas conversíveis, direcionou-lhes um amplo influxo de capitais, em boa parte atrelados a operações de *carry trade*<sup>4</sup> (Cintra 2005, p.19). Ao mesmo tempo, observou-se uma reorganização de fluxos no lado real da economia internacional. Os *mercados emergentes* passaram a registrar sucessivos superávits em conta corrente nesse século, puxados pelo desempenho de outros “emergentes”, em particular a produção industrial do leste asiático (Spence 2008).

O redesenho exposto estava em curso quando dos primeiros trabalhos da Goldman Sachs (O’Neill, 2001; 2003; O’Neill *et al.*, 2005), destacando, entre as numerosas economias emergentes, aquelas que deveriam exercer um papel central no futuro da economia internacional: Brasil, Rússia, Índia e China. O primeiro trabalho, de 2001, conduzido pelo economista-chefe do banco, Jim O’Neill, demonstrou, através de três estudos econométricos, que haveria uma tendência de essas quatro economias, particularmente a China, apresentarem, na década seguinte, um crescimento superior ao dos outros membros do G-7. Formava-se o acrônimo BRIC, cujos componentes, em um contexto de unificação monetária da União Europeia, deveriam ser incorporados à governança financeira internacional, reestruturando o G-7 (O’Neill 2001, p.3). Em O’Neill (2003), o estudo é ampliado e um prazo, o ano de 2039, foi oferecido para que os BRICs ultrapassem a participação do G-7 na renda global. A metodologia utilizada nesse estudo baseou-se em projeções demográficas, da acumulação de capital e do crescimento da produtividade para mapear o crescimento econômico desses dois grupos de economias até 2050 (O’NEILL, 2003).

Em O’Neill *et al.* (2005), é apresentada a metodologia *Growth Environment Score* (GES)<sup>5</sup> para medir o potencial de crescimento dos *mercados emergentes*. Esse estudo já é contemporâneo a um crescimento mais intenso que o previsto dois anos antes para os BRICs, o que leva a prazos ainda mais favoráveis para a ultrapassagem do G-7 pelos BRIC. A aplicação dessa nova metodologia revela, ademais, os próximos 11 países cujo potencial de crescimento se destacava, os Next-11<sup>6</sup>, dos quais México e Coreia do Sul teriam potencial para desempenho

<sup>4</sup> Tomada de recursos no curto prazo, junto a mercados de baixa taxa de juros, a serem investidos em operações de maior risco e rendimento (Cintra 2005, p.19), nesse caso, títulos denominados em moedas não-conversíveis dos *países emergentes*.

<sup>5</sup> Para sumário da metodologia ver O’Neill (2007, pp.87-90).

<sup>6</sup> Coreia do Sul, México,

Indonésia, Irã, Filipinas, Turquia, Egito, Nigéria, Vietnã, Paquistão e Bangladesh.

semelhante ao dos BRICs. No entanto, para os objetivos deste trabalho, um trecho da publicação reflete a relevância singular das dinâmicas expostas para a disciplina de Relações Internacionais:

“[...] nós vemos os BRICs como muito mais que um novo tópico sobre *mercados emergentes*. Os BRICs são um aspecto-chave da moderna era da globalização. O que distingue os BRICs de qualquer outra narrativa de crescimento de *mercados emergentes* é sua capacidade de influenciar, e serem influenciados, pela economia e pelos mercados globais em sentido ampliado. A perspectiva atual e futura para a globalização tem as nações dos BRICs em seu núcleo e a interação entre as economias dos BRICs e do G7 é um aspecto crítico da globalização e da interdependência” (O’Neill *et al.*, 2005, p.3; tradução livre).

Ainda que o trabalho da Goldman Sachs compusesse uma literatura empírica e operacional, destinada a auxiliar atores no mercado financeiro, ela traz dois componentes relevantes para compreensão da apropriação do léxico *emergente* pela literatura de Relações Internacionais. Em primeiro lugar, esses trabalhos especificam, entre os “emergentes”, um grupo de países cuja trajetória de crescimento poderia constituir um movimento de longo prazo rumo ao centro da economia internacional. Em segundo lugar, os trabalhos advogam que essa proeminência deveria acompanhar sua devida inclusão nas esferas de governança financeira internacional, nomeadamente, na expansão do G-7. Dessa forma, esse conjunto de trabalhos lança, desde a literatura financeira, um olhar diferenciado sobre esses atores cuja proeminência se confirmaria ao longo dos anos 2000 e transbordaria o âmbito do mercado financeiro da mesma maneira que o léxico *emergente* transbordaria essa literatura.

### III. O século XXI e a apropriação pelas Relações Internacionais

No século XXI, a economia internacional observou mudanças relevantes no fluxo de recursos reais e financeiros, manifestadas em reorganização do emprego, da renda e dos processos políticos internacionais a partir dos efeitos do forte crescimento chinês no período. Com uma taxa de crescimento do PIB na casa dos dois dígitos, o crescimento chinês, junto à expansão estadunidense, explicou mais da metade do ritmo de elevação da renda mundial no ciclo 2003-2008, quadro não alterado pela crise. O crescimento chinês esteve fortemente associado ao deslocamento da produção industrial dos países centrais para os periféricos, em especial para o leste asiático, a partir da estratégia de *outsourcing* das empresas dos países centrais, assim como à ampliação da demanda dos países centrais e à expansão financeira global.

Nessa conjuntura, a produção industrial chinesa esteve atrelada majoritariamente à oferta aos mercados centrais, exercendo pressão competitiva sobre todos os mercados industriais do mundo e sobre o mercado de recursos naturais, pelo lado da demanda, afetando diretamente o preço das *commodities* internacionais (Yu 2011). Assim, o crescimento chinês acompanhou e fomentou o crescimento via exportações (*export-led growth*) dos demais países em desenvolvimento, particularmente dos fornecedores de recursos naturais para a produção industrial da China e dos países do leste asiático (IPEA 2011) pela regionalização da produção industrial chinesa. Ao mesmo tempo, a expansão financeira global, sobretudo pela manutenção de baixas taxas de juros nos países centrais, somada à diplomacia financeira chinesa (Cunha, Biancarelli & Prates 2007), orientou um forte fluxo de investimento em diversos *mercados emergentes*. Esse contexto fundamentou o incremento na participação dos países em desenvolvimento ou “emergentes” na economia mundial, como demonstram as tabelas do Apêndice 1 (Tabelas 1A e 2A).

No período posterior à crise financeira internacional de 2008, a China logrou manter um ritmo de crescimento anual entre 9% e 10% até 2011, reduzindo para a casa dos 7,5% nos anos seguintes, mas mantendo-se acima do nível geral o crescimento dos *países emergentes*. A expressão “novo normal” (Gross 2009; Spence 2009) tem sido utilizada por diversos economistas para descrever a tendência longa desses novos comportamentos da economia internacional no pós-crise (El-Erian 2008; Eichengreen 2009; Bibow 2010). Além de concentrar os saldos dessa redistribuição do poder econômico, tais mudanças tiveram forte impacto sobre o poder político desses atores, com manifestações ainda mais intensas após a crise. A primeira década do século XXI observou a “ascensão do resto” (Amsden 2003; Zakaria 2008), com maiores recursos de poder da periferia nas instituições da ordem mundial estabelecida. O processo de normatização da clivagem Norte-Sul das últimas décadas do século XX foi substituído pelo incremento do debate Norte-Sul, manifestando o empoderamento dos “emergentes” nas tratativas multilaterais, nomeadamente na gestão do G-20 financeiro após a crise (Schirm 2010; Visentini & Silva, 2010; Beeson & Bell 2009).

A confirmação do quadro desenhado pela Goldman Sachs de maneira ainda mais intensa e com desdobramentos sobre a política internacional fundamenta ao léxico *emergente* um campo denotativo e conotativo muito mais variado do que o inicialmente atribuído ao conceito de *mercado emergente*. Trata-se, portanto, do “alargamento conceitual” da categoria, cuja “viagem conceitual” a conduziu a novas substantivações para o predicado emergente – *i.e.* *país emergente* e *potência emergente* – revelando um campo léxico a ser apropriado pelas Relações Internacionais com intensão e extensão renovadas.

#### IV. Disseminação do emprego do léxico *emergente* nas Relações Internacionais

Até aqui foram descritos o “alargamento” semântico sofrido pelo léxico *emergente* em sua literatura original e o processo histórico que o conduz à denotação de fenômenos das Relações Internacionais. No entanto, a apropriação do termo pela disciplina carece de sustentação empírica. Dessa forma, a esta seção cabe um esforço de mensuração da apropriação do termo, apresentado um estudo quantitativo sobre a evolução do emprego do léxico *emergente*, a fim de verificar: (i) a existência de uma expansão nesse emprego; (ii) a relevância dessa disseminação como indicador da apropriação do conceito pela disciplina e (iii) sua associação ao “alargamento” descrito na seção anterior.

Para mensurar a disseminação do léxico *emergente* estudou-se a evolução histórica da frequência de seu emprego em publicações da disciplina de Relações Internacionais. Isso constituiu na verificação, nos trabalhos que fazem referências a “emergentes” em 17 bases de dados acadêmicos entre 1989 e 2012. Para tanto, utilizou-se ferramentas booleanas de busca das próprias bases, analisando os resultados para referências a “mercado(s) emergente(s)”, “país(es) emergente(s)” ou “potência(s) emergente(s)”<sup>7</sup> em todo o texto – corpo do texto, palavras-chave, resumo e título – em periódicos revisados por pares. Com a aplicação da busca da referência conjunta dos termos pretende-se minimizar a probabilidade de referências aleatórias, desconexas da temática em estudada. As bases utilizadas foram: 1) o conjunto de periódicos da área de Ciências Políticas classificados como A1 ou A2 no sistema Qualis CAPES; 2) pesquisa aberta no Portal de Periódicos - CAPES; 3) Academic Search Premier – EBSCO; 4) Gale – Academic OneFile; 5) Banco de Teses de Doutorado – CAPES; 6) Banco de Dissertações de Mestrado – CAPES; 7) Cambridge Journals Online para periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais; 8) Duke University; 9) Jstor na área de Ciência Política e

<sup>7</sup> Em português, inglês e espanhol. Em inglês, buscou-se por respectivamente: “emerging market(s)”; “emerging/rising country/countries”; “emerging/rising power(s)”.

Relações Internacionais; 10) Project Muse; 11) Sage Jstor na área de Ciência Política e Relações Internacionais; 12) Oxford University Press na área de Ciências Sociais; 13) Google Acadêmico; 14) SCOPUS na área de Ciências Sociais; 15) Scielo Brasil; 16) Web of Science na área de Relações Internacionais; 17) Wiley and Sons Online. Com essas pesquisas pretende-se cobrir uma parte relevante das publicações em Relações Internacionais e áreas afins, passível de ilustrar o ritmo da disseminação do emprego do léxico emergente nesse campo de estudos. Almeja-se, portanto, ilustrar quantitativamente a disseminação do léxico *emergente* na disciplina de Relações Internacionais, tomando esses dados como *proxy* estatística. Os dados estão demonstrados no Apêndice 2 do trabalho.

De maneira geral, a pesquisa demonstrou um crescimento substantivo do emprego do predicado *emergente* através dos sujeitos *mercado*, *país* e *potência*, como demonstram os Gráficos 1, 2 e 3, com destaque para a primeira substantivação. Os dados dessas figuras representam a média aritmética do crescimento do número de trabalhos que empregam cada uma das substantivações nas 17 bases analisadas. Para diminuir o peso das discrepantes dimensões das bases de dados, utilizou-se o número de trabalhos do ano de 1989 igualado a 1, como base para o índice de crescimento. As tabelas no apêndice 2 (Tabelas 1B, 2B e 3B) representam as matrizes de correlação de Pearson de todas as bases, cuja média foi de “0,565”, “0,754” e “0,738”, respectivamente para os resultados da busca por “mercado(s) emergente(s)”, “país(es) emergente(s)” e “potência(s) emergente(s)”. Tais resultados sugerem uma correlação positiva entre os dados das 17 bases para cada uma das pesquisas<sup>8</sup>. A Tabela 2B (ver apêndice 2) corrobora a constatação anterior ao demonstrar uma maior correlação positiva, medida pelo mesmo índice de correlação de Pearson, entre os dados dos Gráficos 1, 2 e 3.

<sup>8</sup> Suspeita-se que a maior discrepância na pesquisa sobre “mercado(s) emergente(s)” esteja relacionada aos diferentes graus de restrição das bases em relação à área do conhecimento.

Os dados permitem inferir que há uma expansão na associação de fenômenos das Relações Internacionais ao campo léxico *emergente*, uma disseminação de seu emprego. É possível interpretar os resultados como um indício de que a categoria *emergente* possua uma roupagem semântica disseminada, percebida como fundamental na vivacidade e no interesse por conceitos e para uma fluída transição entre a linguagem técnica e a ordinária por Collier e Mahon (1993, p.853). O emprego disseminado do termo o qualifica pelo critério de *ressonância* de Gerring (2001) – a conformidade de uma categoria com o uso estabelecido que ela possui ou de que ela deriva – percebido como chave na formalização de novos conceitos, de modo a afastá-lo de idiosincrasias ou hermetismos. A disseminação no emprego do termo possibilita identificar nele, enquanto conceito, um protótipo semântico arraigado<sup>9</sup>, nos termos de Rosch e Mervis (1975), cuja assimilação cognitiva de seus atributos já estaria incorporada à linguagem em geral.

<sup>9</sup> Tradução de *embedded prototype*, no sentido de Rosch e Mervis (1975) e Lakoff (1990).

A análise comparada das séries temporais presentes no apêndice B (Gráficos 1B, 2B e 3B) revela a base do crescimento exponencial dos termos “país(es) emergente(s)” e “potência(s) emergente(s)”, localizada em meados dos anos 2000, enquanto a do termo “mercado(s) emergente(s)” está na primeira metade dos anos 1990. Essa observação subsidia a interpretação de uma maior correlação do contexto descrito ao longo da seção anterior com a expansão no emprego das duas primeiras categorias. Contudo, para analisar a correlação entre as três substantivações, realizou-se um segundo estudo quantitativo. O universo desse estudo foi o total de trabalhos publicados em periódicos científicos classificados como A1 e A2 que empregaram o termo *emergente* em seus títulos, resumos ou palavras-chave. Não se pretende tomar esse recorte como uma amostra estatística, tampouco, com ele, exaurir as referências de relevância na academia, mas trabalhar com um universo criterioso de trabalhos de destaque na disciplina. Contudo, dado o número mais restrito de trabalhos,

foi possível, através da sua leitura sistemática, estudar o número de referências às três substantivações e a sua aparição combinada em trabalhos.

A principal conclusão oferecida por esse segundo estudo é a corroboração da inferência de uma maior conexão lógica entre os termos *país emergente* e *potência emergente* como sugere o Gráfico 4. Os Gráficos 4 e 5 também ilustram que quando se restringe a pesquisa a periódicos de Relações Internacionais a substantivação mais recorrente é de “potência(s) emergente(s)”. O Gráfico 3, que expõe a elevação destacada do número médio de referências a essa substantivação ao longo desse século, sobretudo após a crise de 2008, possibilita considerar que o papel que a roupagem política atribuída aos “emergentes” adquiriu dentro da própria literatura financeira tenha sido relevante para o incremento no interesse acadêmico de alto nível por *potências emergentes*. Em outras palavras, encontra subsídio inicial a interpretação do “alargamento” e da “viagem” e do processo histórico descritos na seção anterior como fundamentos da apropriação do léxico emergente pela disciplina de Relações Internacionais.

## V. Protótipo conceitual no emprego do léxico *emergente* nas Relações Internacionais

Como exposto até aqui, a apropriação do léxico *emergente* ocorre em meio a um processo de transformações em seu significado. O objetivo desta seção é mapear o legado dessas transformações para a disciplina através do estudo dos padrões semânticos de emprego do predicado *emergente* nas Relações Internacionais. Busca-se delimitar um espectro de atributos convencionalmente aceitos para um *emergente*, na disciplina. A consecução desse objetivo requer duas considerações introdutórias. Primeiramente, devem-se expor os critérios empregados para delimitar o recorte bibliográfico tomado como representativo do emprego do termo na disciplina. Adicionalmente, deve-se explicitar o lugar teórico-metodológico do estudo proposto e os procedimentos nele aplicados.

A análise do emprego do termo *emergente* está embasada no estudo de suas referências em periódicos consagrados na disciplina de Relações Internacionais, balizando-se pela classificação Qualis A1 e A2 da Capes. Embora se admita que a ampliação dessa amostra para outros periódicos pudesse aprimorar a representatividade da análise, entende-se que uma base de dados concisa permite uma análise qualitativa mais robusta. Tal escolha metodológica se impôs, e a opção foi pela análise dos trabalhos publicados em periódicos classificados como A1 e A2 na referida escala, complementada por obras de referência na discussão do tema no meio acadêmico. A delimitação desse recorte tem como objetivo evitar a subjetividade dos próprios autores e assumir o que a comunidade de politólogos e internacionalistas consideram como sendo os periódicos mais relevantes, através de parâmetros institucionalizados.

O recorte delimitado levou aos seguintes trabalhos: Waltz (1993), Blázquez & Santiso (2004), Weber e Bussels (2005), Detomasi (2006), Hurrell (2006; 2013), MacFarlane (2006), Tammen (2006), Cooper, Antikiewicz e Shaw (2007), Burity (2008), Callahan (2008), Giaccaglia (2010), Ikenberry (2008; 2011), Kumar (2008), Palat (2008), Schwengel (2008), Bell e Feng (2009), Barros-Platiau (2010), Chin (2010), Flemes (2010a; 2010b), Lessa (2010), Haibin (2010), Nel (2010), Schirm (2010), Stuenkel (2010), Claudin (2011), Desai e Vreeland (2011), Mallaby (2011), Santos (2011), Andreasson (2012), Gratius (2012), Hurrell e Segupta (2012), Schenoni (2012), Cooper e Flemes (2013), Gray e Murphy (2013), Mittelman (2013) e Vanaik (2013). Para minorar possíveis distorções, completou-se a pesquisa com autores de referência no uso termo (Jordaan 2003; Flemes 2007; Kang 2007; Ikenberry & Wright, 2008; Zakaria 2008; Lima 2010; Almeida 2010; Hart & Jones 2010;

Benachenhou 2013; Visentini & Vieira 2013). Com essas obras pretende-se obter um conjunto referencial do emprego do léxico em estudo.

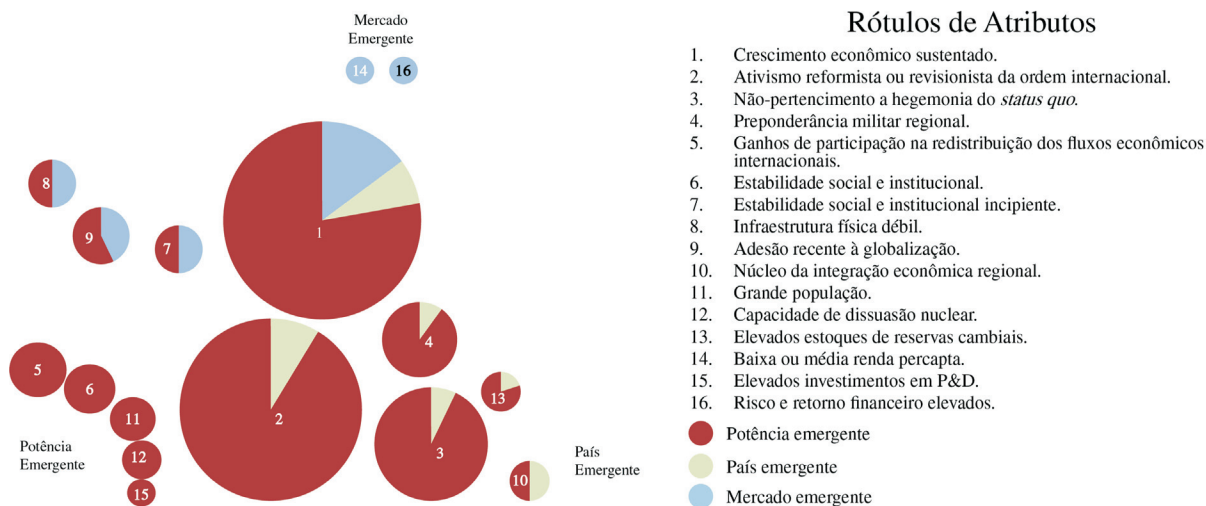
Do ponto de vista teórico-metodológico, o objetivo é atingido na compreensão do “alargamento conceitual” como elemento transformador e não deformador da categoria em estudo. Collier e Mahon (1993) trabalham essa possibilidade através de sua noção de *conceito radial*, pela qual o “alargamento conceitual” produziria uma categoria secundária, que estaria conectada à anterior pela posse de determinados atributos centrais. Essa prerrogativa está fundamentada na noção de *semelhanças de família* de Wittgenstein (Rosch & Mervis 1975, Collier & Mahon 1993, Goertz 2006), segundo a qual: “os usos das palavras formariam uma complicada rede de similaridades sobrepostas e interconexas” (Biletski & Matar 2013), de modo que qualquer definição seria um exercício de hierarquização lógica dos nós que formam tal rede.

Rosch e Mervis (1975) e Lakoff (1990) trabalham com a ideia de *protótipo conceitual*, pela qual cada categoria possuiria significados estruturados na linguagem. O *protótipo conceitual* articularia o *conceito radial*, delimitando as conjunções de atributos que permitem a sua identificação, ou, alegoricamente, representaria as sobreposições mais salientes da “rede” expressa em Wittgenstein. Rede essa que estaria representada na intertextualidade sobre o léxico *emergente* presente no recorte da literatura realizado. Desse modo, ao fim dessa seção, pretende-se delimitar um *protótipo* do conceito de *emergente* nas Relações Internacionais, ou seja, as conjunções de atributos aceitas em seu emprego corrente para sua denotação.

Procedimentalmente, a estratégia apontada é a de inferência de semelhanças no argumento sobre a particularidade do predicado *emergente* entre as suas distintas descrições. A busca desses padrões levou a 16 rótulos de semelhança conotativa, cujo *arraigamento*<sup>10</sup> está ilustrado na Figura 1<sup>11</sup>, a seguir. Os 16 rótulos são um conjunto discreto de semelhança de atributos que representam a pluralidade da caracterização do léxico *emergente* na bibliografia analisada, bem como sua recorrência. Desse modo, esta seção inicialmente resume as narrativas que se coadunam a justificar a delimitação de cada um dos rótulos. Tais rótulos são analisados enquanto atributos, a partir dos vínculos teóricos de interação estabelecidos entre si no recorte delimitado.

<sup>10</sup> Em referência à noção de “embedded prototype” de Rosch e Mervis (1975) e Lakoff (1990).

Figura 1 - Volume de referências dos rótulos de atributos por substantivação



Fonte: Os autores.



<sup>11</sup> A figura busca representar os rótulos de atributos mais frequentes no universo bibliográfico analisado de acordo com a substantivação do léxico *emergente* com a qual são empregados. A área de cada esfera é proporcional número de referências encontradas para cada rótulo. A cor dos círculos, ou de cada porção colorida, representa a substantivação a que cada um dos rótulos está associada, ou a proporção em que estão. A fim de contribuir para o caráter ilustrativo da figura, os círculos estão dispersos estilizadamente conforme a proporção em que são associados a cada substantivação, junta qual estão postos mais perto.

<sup>12</sup> Para sumário da metodologia, ver O’Neill (2007, pp.87-90).

<sup>13</sup> O autor se refere à Teoria da Transição de Poder de Krugler e Organski (Nolte 2010, pp.886-887), que analisa a estabilidade do sistema frente à emergência de desafiantes ao hegemona. Essas medidas indicam a condição de paridade que denota a emergência de um desafiante. Para sumário da sustentação teórica e metodológica desses indicadores, ver Tammen (2006, pp.566 -570).

A Figura 1 lista os 16 rótulos delimitados, hierarquizados por sua recorrência. Nessa figura, a posse de um *crescimento econômico expressivo e sustentado*, ou a previsão de tal desempenho no longo prazo, está ilustrada como o único atributo comum a todas as substantivações, bem como o mais frequente. A recorrência no emprego do termo contrasta, porém, com a lógica de seu emprego. O crescimento econômico aparece, por vezes, como um atributo necessário, mas, de maneira geral, não suficiente.

Nos trabalhos estudados, o crescimento econômico está associado à potencialidade de sua conversão em capacidade militar e, sobretudo, como fundamento da eficácia na ação política. O artigo referencial de Waltz (1993) aponta a potencialidade de conversão do desempenho econômico de Alemanha, Japão e China em capacidade militar como o fundamento de sua classificação enquanto potências “emergentes”. Para Chin (2010), é o crescimento com saldos em transações correntes apresentado nos últimos anos que possibilitou à China e ao Brasil um acúmulo de reservas capaz de lhes dar autonomia e peso político nas instituições de governança financeira global, em um contexto de menor liquidez internacional. Para Palat (2008), Stuenkel (2010) e Santos (2011), junto ao peso demográfico, é a magnitude e a escala do crescimento econômico que possibilitam, às suas decisões de política externa, impactos efetivos na governança global (para o segundo); ou nas instituições hegemônicas (para os demais). Na sequência do trabalho seminal de Hurrell (2006); MacFarlane (2006), Flandes (2010a; 2010b), Lima (2010), Hart e Jones (2010) e Gratius (2012), percebem que o crescimento econômico redimensiona o impacto das *potências emergentes* sobre o sistema internacional, rompendo a identidade até então direta com as categorias de país em desenvolvimento, potência média ou regional.

Ainda assim, a centralidade do crescimento econômico potencial na classificação dos “emergentes” influencia o espectro denotativo de diversas análises. Silva (2013) adere à metodologia G.E.S.<sup>12</sup> da Goldman Sachs, mas justifica sua delimitação pela potencialidade que a previsão de crescimento dos BRICs e dos N-11 oferece à política externa brasileira. Kumar (2008) e Claudín (2011) sustentam a inclusão da Índia e a exclusão da Rússia, respectivamente, no rol dos “emergentes” basicamente pela posse, ou ausência, desse atributo. Para Tammen (2006), é a capacidade de dissuasão nuclear e um PIB entre 80% e 120% do apresentado pela potência hegemônica a condição para sua classificação como *potência emergente*<sup>13</sup>. Os trabalhos de Blázquez & Santiso (2004), Detomasi (2006), Bell e Feng (2009), que empregam o termo *mercado emergente*, distam mais significativamente dos demais ao dar ao atributo um caráter operacional, no qual o crescimento é o componente que sustenta os elevados retornos do mercado.

O crescimento econômico se mostra, portanto, como um ponto de convergência dos diversos trabalhos analisados, como signo da potencialidade semanticamente inerente ao termo emergente. De todo modo, trata-se da conotação material mais prototípica empregada aos “emergentes” e, ao mesmo tempo, a representação sintética do elemento fundante do conceito na realidade.

De maneira quase tão recorrente quanto o rótulo anterior, diversos trabalhos associam “países ou potências emergentes” a *uma atitude ou um comportamento político revisionista ou reformador da ordem internacional*. Gray e Murphy (2013) organizam esse debate quanto ao impacto almejado pelos “emergentes” nas instituições da governança global: seja sua revisão, seja a busca por mais espaço dentro de suas esferas deliberativas. Em outras palavras, os “emergentes” seriam atores estatais que declaram suas ambições de transformação das instituições – *i.e.* substituição do G-7 pelo G-20 na coordenação estatal das finanças globais – ou nas instituições – *i.e.* reforma do

Conselho de Segurança das Nações Unidas – da ordem internacional (Chin 2010; Schirm 2010; Visentini & Vieira 2013). Além dessas atitudes, é observado um comportamento político de mesmo caráter – *i.e.* ação do BASIC na governança global sobre o clima ou ações do G-20 comercial junto à OMC (Hurrell 2006; Barros-Platiau 2010; Hurrell & Segupta 2012; Santos 2011).

Ikenberry (2008) foi um dos primeiros autores a problematizar essa questão, sustentando que a ordem internacional vigente ofereceria uma fácil adesão e elevados custos de oposição, o que levaria atores com eventual poder para confrontá-la<sup>14</sup> a uma atitude reformista. Para Flesmes (2007; 2010a), essa atitude é particularmente condizente com *potências emergentes* de menor respaldo material – como Brasil e África do Sul – uma vez que a alternativa revisionista não teria efetividade. Ainda assim, Flesmes (2010b) aponta o *soft balance*, o bloqueio à normatização da hegemonia estadunidense, como o comportamento predominante também de Índia, China e Rússia na ordem internacional e a fundamentação da iniciativa BRICS. Hurrell (2006), analogamente, corrobora a predominância de atitudes reformistas, dada a elevada diferença de custos entre reforma e oposição, mas aponta, como decorrência, comportamentos tanto reformistas quanto revisionistas. Para esse autor e seu colega<sup>15</sup>, quando há possibilidade para efetivação da reforma, ocorre a adesão – como em relação às estruturas de voto da OMC, do Conselho de Segurança da ONU ou no caso do acordo nuclear entre Índia e Estados Unidos; quando não, a opção é pelo comportamento revisionista – como nos casos do TNP e do G-20 financeiro. Para Burity (2008), Nel (2010) e Santos (2011), o comportamento reformista é reflexo da possibilidade de efetivação das atitudes redistributivas inerentes aos vínculos identitários desses atores com os dilemas do desenvolvimento próprios de sua emergência<sup>16</sup>. Callahan (2008) se diferencia das demais abordagens ao embasar a categorização da China como *potência emergente* na possibilidade de construção de uma nova hegemonia. Tanto Callahan (*idem*) quanto Kang (2007) enfatizam a emergência chinesa como a possibilidade uma revisão harmônica da ordem internacional.

Outros autores enfocam o aspecto necessariamente coletivo do comportamento revisionista ou reformista. Para Jordaan (2003), Cooper Antikiewicz e Shaw (2007), Palat (2008) e Mallaby (2011), os “emergentes” não apresentam um conjunto de atitudes ou comportamento, reformistas ou revisionistas, ainda que apenas tal comportamento, em nome de interesses comuns, permitiria a concretização de sua proeminência para além do seu potencial de crescimento econômico. Schirm (2010), de maneira correlata, trata as *potências emergentes* como essencialmente reformistas e cujo comportamento padrão é a busca por seguidores para suas reformas. Essa perspectiva reformista está também subjacente às análises de Lima (2010), Hart e Jones (2010), Vanaik (2013) e Visentini (2013), para as quais as coalizões de emergentes – como o IBAS, o BRICS e o G-20 comercial – fortalecem a influência desses países nas instituições da ordem internacional, dada a possibilidade de concatenar seus interesses. Mittelman (2013) traz a possibilidade de essas coalizões em si estarem revisando a governança global. Silva (2013) busca a conversão dessas interações de interesses em comportamento político, analisando a correlação das votações dos emergentes em organismos multilaterais internacionais.

A pertinência desses atributos está relacionada na literatura à manifestação do fenômeno na determinação da estabilidade das instituições da ordem internacional. Os impactos do maior ativismo desses atores nas instituições da governança global, com atitudes e comportamento de conteúdo revisionista ou reformista, são a implicação principal da emergência desses atores com a qual está preocupada uma expressiva parcela dos trabalhos analisados (Ikenberry 2008; 2011; Callahan 2008; Palat 2008; Nel 2010; Chin 2010; Stuenkel 2010;

<sup>14</sup> Para esse autor, a China.

<sup>15</sup> Em Hurrell (2006; 2013) e Hurrell e Segupta (2012).

<sup>16</sup> Cabe ressaltar as particularidades dos três argumentos agrupados: Burity (2008) sustenta que o desempenho econômico das potências emergentes, as permite levar à instituições hegemônicas os interesses da periferia; Nel (2010) trabalha a relevância da efetivação de uma agenda redistributiva no processo de reconhecimento desses atores na ordem internacional; e Santos (2011) sugere a conjuntura como uma oportunidade de incorporar a agenda do Terceiro Mundo na revisão das instituições da hegemonia estadunidense.

Schirm 2010; Santos 2011; Hurrell & Segupta 2012). Portanto, percebe-se, na literatura, a associação da emergência a um comportamento, potencial ou efetivo, reformador da ordem internacional vigente.

Retomando o primeiro rótulo, é o crescimento econômico o fundamento material mais associado ao comportamento e às atitudes descritas. Ao mesmo tempo, a filiação política histórica de “emergentes” – como Brasil, China e Índia – ao terceiro-mundismo é reivindicada como o conteúdo ideológico ou identitário essencial em sua compreensão (Nel 2010; Santos 2011; Hurrell 2013; Visentini 2013). Quando não o terceiro-mundismo, outros conteúdos identitários são apontados, os quais, de maneira geral, comungam do *não pertencimento à hegemonia do status quo*. Trata-se de um rótulo cuja semelhança está embasada na manifestação de distintas identidades associadas ao comportamento e às atitudes desses atores. A compreensão particular dessas identidades mereceria um esforço específico e exigiria um universo bibliográfico expandido. Conquanto caiba essa ressalva, cabe agrupar algumas similitudes nos apontamentos da bibliografia estudada.

O estudo dos vínculos das *potências emergentes* com a memória histórica do Terceiro Mundo é o objetivo central na argumentação de Hurrell (2013). Para o autor, ainda que as condições materiais de alguns países os diferenciem de algumas narrativas clássicas do Terceiro Mundo, as metas de mudança que almejam são remanescentes de um legado histórico de marginalização e subordinação. A opção pela formação de coalizões – como o G-20 comercial, o IBAS e o BASIC – traria consigo a percepção coletiva desse legado. Outro elemento que vincula as *potências emergentes* ao terceiro-mundismo é a prevalência de desafios sociais domésticos complexos que os aproximam dos dilemas e dos interesses de nações em desenvolvimento, fomentando sua solidariedade com o “Sul” e o conflito de interesses com o “Norte”. Essa argumentação sumariza a defesa da clivagem Norte-Sul como um componente identitário necessário à compreensão do papel dos “emergentes” na política internacional, que se sustenta na sequência.

Santos (2011) e Visentini (2013) também são explícitos em associar a articulação e a cooperação Sul-Sul aos vínculos históricos da solidariedade terceiro-mundista de Bandung. Para Nel (2010), o pertencimento identitário a um “Sul global”, que compartilha desafios comuns na superação do subdesenvolvimento, faz a busca por reconhecimento centrar-se em um ativismo crítico ao universalismo normativo indiferente a tais desafios. O trabalho de Palat (2008) contrasta com os anteriores ao ponderar que, paradoxalmente, as maiores capacidades dos novos líderes do Terceiro Mundo não efetivam a memória de Bandung, dada a cooptação das elites nacionais dos “emergentes” no processo de abertura e integração à globalização que fundamentou seu crescimento econômico.

A referência ao terceiro-mundismo não é explícita no trabalho de outros autores. Hart e Jones (2010) apontam a exclusão ou o papel secundário desses atores na ordem internacional pós-1945 como o fundamento ideológico da estratégia coalizcionista de busca por um espaço ampliado nessas instituições. De maneira correlata, Stuenkel (2010) utiliza um viés racionalista na fundamentação identitária das *potências emergentes*, cujo posicionamento frente à governança global estaria pautado pela ambição de ter reconhecido seu *status* de grande potência. Callahan (2008) mostra que a auto-percepção chinesa de seu papel na política internacional, manifestada na ideia da *Tianxia*<sup>17</sup>, embasaria ideologicamente a construção de uma nova hegemonia advinda de sua preponderância material.

<sup>17</sup> Para sumário do conceito, ver Callahan (2008, pp.751-753).

A revisão dos discursos empregados aos três rótulos mais recorrentes – o crescimento econômico, as atitudes e o comportamento revisionista ou

reformista e as identidades não-hegemônicas – revela uma lógica que compõe a noção percebida como prototípica da emergência na disciplina. O expressivo crescimento econômico dos “países ou potências emergentes” é percebido com o elemento fundante das alterações sistêmicas ou da ordem internacional. O ativismo reformista ou revisionista desses atores é apontado como o principal impacto ou manifestação dessa emergência. Esse ativismo tem o seu embasamento material sumarizado no crescimento econômico e o ideológico no não pertencimento à hegemonia do *status quo*. A concatenação desses atributos é subjacente à argumentação de diversos autores (Burity 2008; Callahan 2008; Palat 2008; Schwengel 2008; Hart & Jones 2010; Flesmes 2010a; Nel 2010; Lima 2010; Santos 2011; Hurrell & Segupta 2012; Hurrell 2013; Visentini 2013).

Ainda que a apresentação de um crescimento econômico expressivo seja o fundamento material mais recorrentemente reivindicado do comportamento atribuído aos “emergentes”, outro movimento histórico parece estabelecer uma lógica causal mais direta nos trabalhos estudados. O *redirecionando geográfico dos padrões de transações reais e financeiras da economia internacional*, no qual o incremento da renda desses países está associado ao ganho de participação nos fluxos da economia em detrimento dos países do G-7, é tido em diversos trabalhos como o movimento histórico fundante da emergência de novos atores. Para Schwengel (2008), o conceito de *potências emergentes* seria uma simples metáfora do conjunto dessas transformações. Zakaria (2008) identifica esse processo histórico com a terceira mudança estrutural na era moderna das Relações Internacionais, o qual, somado à maior relevância atribuída a atores não estatais e transnacionais, categorizaria a “ascensão do resto” na conformação do mundo pós-americano.

Para Cooper, Antikiewicz e Shaw (2007), o verdadeiro fundamento do maior peso político das *potências emergentes* na ordem internacional advém não do crescimento econômico individual, mas do aumento dos fluxos econômicos entre elas e o peso progressivo desses fluxos no conjunto da economia internacional. Contudo, o autor ressalva que a maior participação dos “emergentes” no comércio internacional contrasta com uma posição majoritariamente receptora de recursos financeiros que são disputados por esses atores. Santos (2011), Nel (2010), Hart e Jones (2010) e Hurrell (2006) apontam a redistribuição dos fluxos econômicos como, ao mesmo tempo, manifestação e fundamento do ativismo reformista dos “emergentes”. Ikenberry e Wright (2008) não percebem o incremento dos fluxos entre elas, mas o peso coletivo desses atores – sua fatia crescente do comércio, independente de seus vetores, e da produção mundial – sobre a ordem internacional como o que os torna relevantes para a discussão.

De maneira análoga ao rótulo anterior, a *preponderância militar regional* é tida como requisito para a projeção de poder em caráter sistêmico. O artigo de Waltz (1993), ao qual está atribuída a intitulação *potências emergentes*, dá fôlego a uma das discussões mais sensíveis à capacidade analítica das teorias realistas, a explicação da mudança. Não obstante Waltz não confira a premência à hegemonia regional conferida por Mearsheimer (2001), ele revela a disputa entre Japão e China pela preponderância do leste asiático como determinante na sua consolidação como grandes potências. Para Schenoni (2012), é a ruptura do equilíbrio regional com a Argentina e a confirmação da unipolaridade brasileira como potência regional que possibilita sua classificação como “potência emergente”. Hart e Jones (2010), sem sistematizar a associação à discussão sobre *potências regionais*, caracterizam as *potências emergentes* como possuidoras de poder político, econômico e militar para bloquear os interesses do hegemona na sua região. Em Flesmes (2007), o respaldo representativo regional é uma possibilidade de incremento na autoridade moral da ação política

das *potências emergentes*. Para Jordaan (2003) é a elevada orientação regional de sua política externa, embasada em uma também elevada influência regional, o comportamento que diferencia as potências médias emergentes das demais. Para Lima (2010), não há uma projeção regional de poder padrão entre os “emergentes”. De um lado, o respaldo de liderança regional legítima o peso político sistêmico desses atores; de outro, fomenta a contestação de desafiantes regionais quando da percepção de pretensões hegemônicas.

A lógica da proeminência do embasamento regional para a projeção sistêmica de poder faz da condução de um *processo de integração* – institucional, ou não – *nucleado na sua economia* outro atributo relevante. Cooper, Antikiewicz e Shaw (2007) consideram a concentração dos processos econômicos regionais nas *potências emergentes* como uma âncora da influência sobre a sua região e de sua projeção global. Para Flesmes (2010a), o estabelecimento de sólidos vínculos econômicos e políticos com os parceiros regionais é condição para projeção global de *potências emergentes* de capacidades restritas como Brasil e África do Sul. Waltz (1993) é mais enfático sobre o papel da consolidação da gravitação das economias do leste asiático em torno da japonesa, e da europeia em torno da alemã, em uma proeminência econômica longeva capaz de ser convertida em capacidades militares, do que em relação à preponderância militar regional propriamente dita. Analogamente, Schenoni (2012) associa a transição da unipolaridade para a hegemonia regional ao processo de ascensão a um *status* de grande potência. Essa transição estaria embasada na centralização dos processos econômicos da região.

Esses três atributos se somam aos três mais prototípicos, adicionando-lhes lógicas que modificam a sua interação com a realidade. O primeiro refina o componente histórico fundante de denotação da categoria, ao mesmo tempo em que a prende a um contexto de época, dificultando sua transição temporal. Em contraste, os outros dois rótulos restringem denotativamente a categoria, condicionando-a à preponderância regional. Os próximos dez rótulos de semelhança de atributos se diferenciam dos até aqui descritos na medida em que seu emprego serve a causalidade preconizada sobre os atributos já descritos.

Os atributos seguintes estão postos na literatura como fundamento daqueles já descritos. *Grandes populações*, com peso demográfico sistêmico, seriam convertidas em recurso de poder pelas *potências emergentes*, segundo Lima (2010) e Stuenkel (2010). Para Ikenberry e Wright (2008) e Schwengel (2008) o peso populacional coletivo desses atores é o que lhes faz centrais na discussão do futuro da ordem internacional. Benachenhou (2013) aponta a dimensão dos mercados consumidores como um fundamento relevante da proeminência percebida pelos *países emergentes* na última década. Cooper, Antikiewicz e Shaw (2007), apesar de chamarem atenção para uma abordagem que transborde esse atributo, também aceitam a relevância das grandes populações no desempenho econômico desses países. A *capacidade de dissuasão nuclear* frente a grandes potências é percebida por Tammen (2006) como o elemento que torna um ator emergente, dada possibilidade de disputa por preponderância militar<sup>18</sup>. Já em Waltz (1993), essa capacidade é a condição que torna a *potência emergente* uma grande potência. Por fim, para Weber e Bussels (2005) *elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento* pelo Sul global seriam a estratégia necessária à emergência de uma nova correlação de forças com o Norte, a partir do impacto sobre os regimes de propriedade intelectual e sua influência no desenvolvimento.

<sup>18</sup> Como referido anteriormente, acompanhada do registro de um PIB de 80% a 120% da potência preponderante.

A posse de *elevados estoques de reservas cambiais* aparece no trabalho de Chin (2010) como o lastro de uma ambição revisionista da ordem de Bretton Woods. Porém, para esse e outros autores (Cooper, Antikiewicz & Shaw 2007; Palat 2008; Benachenhou 2013) elas são o resultado das transformações de

poder relativo na economia internacional e do modo de seu crescimento econômico. Portanto, inverte-se a lógica causal e tomamos os elevados estoques de reservas cambiais como um sintoma do ganho de capacidades materiais.

A consolidação institucional recente é percebida de maneiras antagônicas na literatura analisada. Uma *estabilidade institucional e social* que permita a execução de um projeto nacional é o elemento definidor da capacidade de influência sistêmica para Giaccaglia (2010), Schenoni (2012) e Andreasson (2012). Hurrell (2006; 2013), Palat (2008) e Hart e Jones (2010) incluem essa estabilidade no fundamento da proeminência desempenhada pelos “emergentes”, particularmente para diferenciá-los de si mesmos enquanto Terceiro Mundo no passado. Invertendo o sinal da relação causal, a incipiência de tal estabilidade é tida como um elemento de risco financeiro e restrição do influxo de recursos para esses mercados por Blázquez & Santiso (2004), Detomasi (2006) e Bell e Feng (2009).

Esse último grupo de autores claramente subverte a intertextualidade até então percebida. Tais análises estão vinculadas ao conceito operacional de *mercado emergente* em seu caráter original, preocupados com os impactos sobre a relação *risco e retorno*, ambos tidos como *elevados* em *mercados emergentes* (Bell & Feng 2009, Blázquez & Santiso 2004). Atributos como *baixa ou média renda per capita* (Desai & Vreeland 2011) seguem a mesma lógica. Contudo, diversas análises apontam *limitações na infraestrutura física* desses países como um limitante para a consolidação de seu poder (Kumar 2008; Benachenhou 2013), retomando a lógica anterior, mas mantendo a causalidade negativa.

Por fim, há diferentes narrativas sobre os impactos difusos da *adesão recente à globalização* sobre a emergência desses atores. Burity (2008) tem nesse debate o centro de seu trabalho. Para ele, Nel (2010), Santos (2011), Visentini (2013) e Hurrell (2013), a adesão à globalização com capacidades materiais ampliadas e carregando consigo uma identidade terceiro-mundista é, sobretudo, uma oportunidade de reforma positiva da ordem internacional. Kumar (2008) baseia nessa adesão o destacado desempenho econômico indiano. Palat (2008) expande o argumento para África do Sul, Brasil e China, mas adverte para os seus efeitos negativos sobre a identidade terceiro-mundista e anti-hegemônica desses países. Para Bell e Feng (2009), o caráter recente dessa adesão está associado a maiores riscos para o capital financeiro.

Como já sugeria a Figura 1, a análise qualitativa dos atributos corrobora a existência de uma clara segmentação no emprego do léxico *emergente*. Os discursos atribuídos à substantivação *mercado emergente* dialogam com a classificação tradicional e operacional da literatura financeira. As substantivações *país emergente* e *potência emergente*, por sua vez, parecem utilizar a categoria para capturar as transformações percebidas nas Relações Internacionais no curso das últimas décadas. A coadunação dos atributos de maneira coerente com sua intertextualidade exige mais do que sua simples justaposição hierarquizada pela recorrência de seu emprego. Para tanto, uma simples taxonomia foi empregada a partir da lógica percebida entre as narrativas, de modo a conciliar aspectos materiais e identitários das Relações Internacionais. Os atributos foram organizados segundo sua manifestação como poder político: *material*; *ideacional* e o seu resultado *comportamental*.

Além dessa baliza operacional, a sistematização é uma etapa da formação conceitual que possui referência na literatura sobre conceitos em ciências sociais, particularmente analisada em Goertz (2006). A discussão sobre os atributos centrais de uma categoria, ou o núcleo de um *protótipo conceitual*, constitui uma teorização sobre sua ontologia, sobre como esses elementos interagem na sua determinação (*idem*, p.27). Nos termos deste trabalho, a

ontologia da categoria são os padrões intertextuais percebidos na bibliografia analisada. Em outras palavras, a pertinência que a literatura emprega a cada atributo, na maneira como o conceito de *emergente* interage com a realidade, deve ser o marco para sua sistematização.

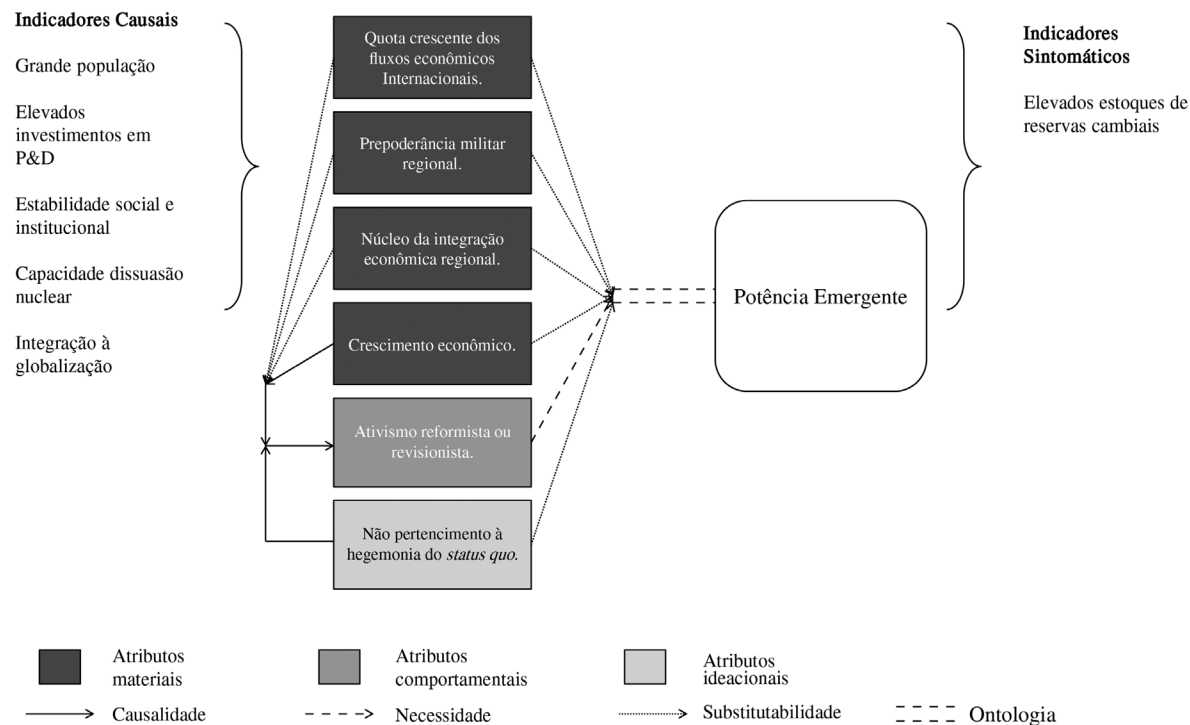
Goertz (*idem*, p.55) aponta quatro possibilidades de formalização das relações entre atributos: ontológicas, de necessidade, causais e substitutivas. Uma relação ontológica está relacionada à suficiência do que constitui a categoria. Ainda que seja usualmente associada à causalidade, a ontologia se distingue por, ao contrário daquela, ter sua definição em termos teóricos (*idem*, p.59). Já a causalidade é matéria da determinação fática, não teórica, portanto, traz consigo um elemento necessário de anterioridade temporal. No entanto, em estratégias de categorização via *semelhanças de família*, os atributos têm causalidade ou identidade teórica alternativa sobre a categoria. Essa possibilidade de uso de um conjunto de atributos alternativos entre si para delimitar uma categoria é o que o autor chama de substitutabilidade.

No entanto, a sistematização desses atributos e de suas causalidades é complexa e demanda algum procedimento de estruturação lógica. Goertz (*idem*, p.6) põe em diálogo os níveis de abstração de Sartori (1970) e a estruturação cognitiva dimensional de Rosh e Mervis (1975) para conformar a sua estrutura multidimensional (Goertz 2006, pp.6-7 e 50-65), composta do *nível básico*, *nível secundário* e *nível de indicadores*. As categorias de *nível básico* são marcadas por um elevado nível de abstração. Sua definição não encontra manifestações diretas em indicadores, ela se desloca sobre atributos que a compõe ontologicamente (*idem*, p.53). Esses atributos formam o *nível secundário* da categoria, que constituem o que o fenômeno é. Os mecanismos de aferição desses atributos na realidade constituem o terceiro nível de análise, o *nível dos indicadores*.

No entanto, a identificação do nível secundário com o de indicadores compreende um esforço próprio e além deste trabalho. Aqui é possível expressar as relações estabelecidas na literatura analisada. Dessa maneira, os rótulos menos salientes originados do estudo de semelhanças conotativas estão organizados segundo a lógica que desempenham na causalidade ou na consequência dos atributos mais prototípicos mencionados, na terceira dimensão da categoria. Ainda assim, reitera-se o reconhecimento da operacionalização conceitual como passo posterior a essa discussão nominal sobre a emergência nas Relações Internacionais. A organização das interações lógicas percebidas entre os atributos, segundo a taxonomia introduzida e utilizando o ferramental de sistematização supracitado, permite compor a Figura 2.

A Figura 2 apresenta o que seria o protótipo conceitual do léxico *emergente*, ou a convenção que emerge de seu emprego. A categoria básica é a de *potência emergente*, devido a dois fatores: a destacada *ressonância* da substantivação ao longo do estudo qualitativo e, sobretudo, a sua conexão lógica com o debate na bibliografia. De maneira geral, a literatura remete o fenômeno da emergência à influência, impacto, capacidades materiais, ativismo, hegemonia, preponderância, todos os quais substantivos referentes a poder e ao grau de relevância desse poder sobre os demais atores. Dessa forma, a substantivação da categoria em *potência emergente* parece tanto coerente com o emprego na literatura quanto com a lógica subjacente a esse emprego. Entre os principais, podemos citar Waltz (1993), Bussel e Weber (2005), Tammen (2006), Hurrell (2006 e 2013), Cooper *et al.* (2007), Flandes (2007, 2010a e 2010b), Ikenberry (2008), Ikenberry e Wright (2008), Zakaria (2008), Buruty (2008), Callahan (2008), Kumar (2008), Palat (2008), Shwengel (2008), Lessa (2010), Haibin (2010), Chin (2010), Nel (2010), Hart e Jones (2010), Macfarlane (2006),

Figura 2 - Protótipo conceitual no emprego do léxico emergente



Fonte: Os autores.

Giaccaglia (2010), Schirm (2010), Stuenkel (2010), Lima (2010), Claudin (2011), Santos (2011), Andreasson (2012), Hurrell e Segupta (2012), Schenoni (2012), Gratius (2012), Visentini (2013) e Benachenhou (2013).

As dimensões de *nível secundário* sintetizam as inter-relações percebidas entre os seis rótulos de atributo centrais ao longo desta seção. Dessa forma, a observação de ganhos na redistribuição dos fluxos econômicos mundiais nos últimos anos, o crescimento econômico, a preponderância militar regional e a centralidade do país na economia regional são percebidos como os quatro fundamentos materiais que a literatura aponta como necessários à efetividade do ativismo reformista ou revisionista característico das *potências emergentes*. O fundamento ideológico ou identitário mais apontado pela literatura para esse comportamento, por sua vez, é a trajetória de não pertencimento à ordem hegemônica desses países. Essa lógica sugere uma conjunção causal na literatura entre um dos atributos centrais materiais e o atributo identitário na conformação do atributo comportamental prototípico.

A concatenação desses atributos secundários na determinação do *nível básico* está ilustrada na convergência de vetores na extremidade esquerda do sinal gráfico de suficiência. Com isso, pretende-se representar a interpretação de que a literatura aceita como protótipo de uma *potência emergente* qualquer combinação de aspectos materiais e identitários com um ativismo reformista. Esse ativismo, por si só, não é suficiente para determinar a categoria; ele deve estar acompanhado de um ou mais desses outros atributos que determinam sua efetividade ou a especificidade do seu conteúdo<sup>19</sup>. Ademais, sua própria determinação é dependente da confluência de outros atributos do nível secundário. Da mesma maneira, não há sinais de aceitação de uma trajetória de não pertencimento à ordem hegemônica como suficiente na identificação de *potências emergentes*<sup>20</sup>. Em conclusão, nenhum dos atributos isoladamente é

<sup>19</sup> A dimensão e a efetividade do impacto do ativismo reformista das potências emergentes, respaldada materialmente, é atribuída na



literatura como o elemento que as diferencia das categorias de estados intermediários ou Potências Médias, também marcadas pelo ativismo reformista (Hurrell 2006; Macfarlane 2006; Fleses 2010a; 2010b; Lima 2010; Hart & Jones 2010; Gratius 2012).

<sup>20</sup> Palat (2008) e Hurrell (2013) explicitam essa diferenciação.

<sup>21</sup> Waltz (1993), Schirm (2010) e Benachenhou (2013) são trabalhos que aceitam conotativamente e denotativamente essas intersecções de atributos menos prototípicas.

percebido como necessário e suficiente para caracterizar uma *potência emergente*, mas a literatura identifica o fenômeno com as referidas possíveis combinações.

Se convertida em um diagrama de conjuntos utilizando a lógica binária de “E” e “OU”, a rede sobreposta de causalidades da Figura 2 origina a Figura 3, a seguir. O ativismo reformista ou revisionista da ordem internacional está posicionado ao centro do diagrama, para ilustrá-lo como variável dependente dos demais atributos dentro da categoria. Esses outros atributos centrais estão representados nos conjuntos radialmente dispostos desde o centro, o conjunto 1. O caso ilustrado pela Figura 2 – a combinação do atributo comportamental “E” um ou mais dos outros atributos centrais – está representado na área colorida mais escura e seria o caso mais prototípico de uma *potência emergente*. No entanto, a literatura analisada aceita outras possibilidades de combinações menos prototípicas<sup>21</sup>, sem rejeitar o objetivo de revelar o “estado da arte” no emprego da categoria. Essas outras possibilidades estão representadas na área colorida menos escura. A ilustração permite expressar o caráter radial da categoria<sup>22</sup>, nas distintas possibilidades de categorização referenciadas na literatura para além da mais prototípica.

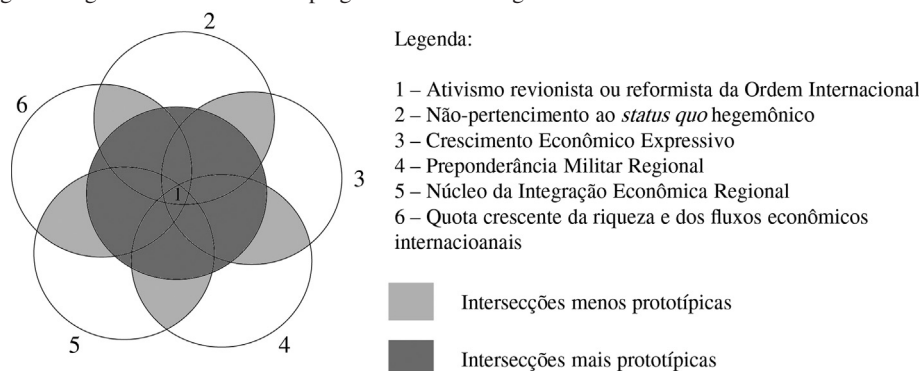
## VI. Conclusões

<sup>22</sup> Ver nota 14.

Este trabalho analisou as transformações semânticas do léxico *emergente* em sua apropriação pelas Relações Internacionais. Do léxico apropriado, foram buscados padrões conotativos nele associados a fenômenos das Relações Internacionais, os quais geraram o protótipo conceitual de uma *potência emergente*. O estudo do conteúdo “alargado” do termo, derivado de sua “viagem”, é percebido como uma etapa necessária e intermediária ao seu uso enquanto conceito analítico na disciplina.

Conceitos, como ferramentas teóricas, são construtos lógicos com finalidade de delimitar os elementos constitutivos de um fenômeno, aquilo que o particulariza em meio à generalidade (Sartori 1970, pp.1033-1036; Goertz 2006, p.5). Desse modo, suas fronteiras necessitam ser delimitadas pelo seu encadeamento em um corpo teórico de entendimento da realidade (Sartori 1970; Goertz 2006, pp.235-237). No entanto, parte da literatura sobre conceitos aponta a presença de os conceitos da linguagem técnica possuírem vínculos com seu uso estabelecido no campo em que se inserem (Rosch & Mervis 1975, Lakoff 1990, Collier & Mahon 1993 p.853; Gerring 2001, p.40). O conteúdo semântico carregado por um conceito deve ser *ratificado* por suas *normas de uso* (Wittgenstein 2009).

Figura 3 - Diagrama lógico de atributos ao emprego do léxico emergente



Fonte: Os autores.

Ao analisar as transformações semânticas do léxico *emergente* em sua apropriação pelas Relações Internacionais, buscou-se contribuir para apuração em seu uso analítico, sistematizando seu uso corrente. Essa expectativa de contribuição expõe a limitação e necessidade de aprofundamento do trabalho. Como pondera Gerring (2001, pp.53-54), as *normas de uso* na linguagem em geral, por si só, não oferecem a adequação conceitual, senão um espectro terminológico passível de ser incorporado a uma linguagem técnica específica. Sua incorporação às Relações Internacionais expande o “estado da arte” expresso em seu uso, bem como nesse trabalho, e demanda a explicitação da convenção sobre suas *normas de uso*, da gramática que rege seu emprego dentro da disciplina. Em outras palavras, retomando a alegoria de Wittgenstein, uma vez concatenados os “nós da rede” gerada no emprego do termo, cabe hierarquizar tais nós em termos teóricos.

Ponderado o acima expresso, a sistematização realizada nesse trabalho revela o protótipo conceitual convencional de um *emergente* nas Relações Internacionais. Observa-se que a literatura percebe uma *potência emergente* como aquela cujo comportamento diplomático visa a reforma ou almeja a revisão das instituições da ordem internacional, possuindo este comportamento respaldo material. Esse padrão de comportamento é prototipicamente associado a uma identidade de não pertencimento ao *status quo*. No entanto, cabe ressaltar que a sustentação de cada vetor de causalidade exposto mereceria um estudo próprio, incorporando uma revisão bibliográfica e uma reflexão intelectual que explicita as *normas de uso* desse conceito nesse novo contexto teórico em que se insere. O protótipo conceitual construído visa contribuir para esse esforço coletivo oferecendo uma sistematização do emprego do léxico analisado como base para sua determinação futura.

André Moreira Cunha (amcunha@hotmail.com) é Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DERI-UFRGS), professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da mesma universidade (PPGE-UFRGS), do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI-UFRGS) e pesquisador do CNPq. Vínculo institucional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Lucas de Oliveira Paes (lucas.opaes@gmail.com) é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da mesma universidade (PPGEEI-UFRGS). Vínculo institucional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Pedro Cezar Dutra Fonseca (pedro.fonseca@ufrgs.br) é Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DERI-UFRGS), Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-UFRGS) e pesquisador do CNPq. Vínculo institucional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

## Referências

- Amsden, A., 2003. *The Rise of “The Rest”*: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Andreasson, S., 2011. Africa’s Prospects and South Africa’s Leadership Potential in the Emerging Markets Century. *Third World Quarterly*, 32(6), pp.1165-1181. DOI: 10.1080/01436597.2011.584725
- Barros-Plataiu, A.F., 2010. When Emerging Countries Reform Global Governance of Climate Change. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, n. especial, pp.73-90. DOI: 10.1590/S0034-73292010000300005
- Beeson, M. e Bell, S., 2009. The G-20 and International Economic Governance: Hegemony, Collectivism, or Both. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, 15(1), pp.67-86.
- Bell, S. e Feng, H., 2009. Reforming China’s Stock Market: Institutional Change Chinese Style. *Political Studies*, 57(1), pp.117-140. DOI: 10.1111/j.1467-9248.2008.00726.x
- Benachenhou, A. 2013. *Países emergentes*. Brasília: FUNAG.
- Bibow, J., 2010. The Global Crisis and the Future of the Dollar: Toward Bretton Woods III? *Levy Economics Institute of Bard College Working Paper*, 584. DOI: 10.2139/ssrn.1553233

- Biletski, A. e Matar, A., 2013. Ludwig Wittgenstein. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/wittgenstein/#Lan>. Acesso em: 2 fev 2013.
- Blázquez, J. e Santiso, J., 2004. Mexico: Is it an Ex-Emerging Market? *Journal of Latin American Studies*, 36(2), pp.297-318. DOI: 10.1017/S0022216X04007709
- Brooks, S. e Wohlforth, W., 2008. *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press.
- Burity, J., 2008. Brazil's Rise: Inequality, Culture and Globalization. *Futures*, 40(8), pp.735-747. DOI: 10.1016/j.futures.2008.02.001
- Callahan, W., 2008. Chinese Visions of World Order: Post-Hegemonic or a New Hegemony? *International Studies Review*, 10(4), pp.749-761. DOI: 10.1111/j.1468-2486.2008.00830.x
- Chin, G., 2010. Remaking the Architecture: The Emerging Powers, Self-Insuring and Regional Insulation. *International Affairs*, 86(3), pp.693-715. DOI: 10.1111/j.1468-2346.2010.00906.x
- Cintra, M.A., 2005. A Exuberante Liquidez Global. *Economia Política Internacional*, 5, pp.17-26.
- Claudin, C., 2011. ¿Qué Rusia veinte años después? *Revista CIDOB d'afers internacionals*, 96, pp.11-23.
- Collier, D. e Mahon, J., 1993. Conceptual “Stretching” Revisited: Adapting Categories in Comparative Studies. *The American Political Science Review*, 87(4), pp.845-855. DOI: 10.2307/2938818
- Cooper, A.; Antikiewicz, A. e Shaw, T., 2007. Economic Size Trumps All Else? Lessons from BRICSAM. *International Studies Review*, 9(4), pp.673-689. DOI: 10.1111/j.1468-2486.2007.00730.x
- Cooper, A. e Flesmes, D., 2013. Especial Edition: Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: An Introductory Review. *Third World Quarterly*, 34(6), pp.943-962. DOI: 10.1080/01436597.2013.802501
- Cunha, A.M.; Biancarelli, A. e Prates, D.M., 2007. A diplomacia do Yuan Fraco. *Revista de Economia Contemporânea*, 11, pp.525-562. DOI: 10.1590/S1415-98482007000300006
- Desai, R. e Vreeland, J., 2011. Global Governance in a Multipolar World: The Case for Regional Monetary Funds. *International Studies Review*, 13(1), pp.109-121. DOI: 10.1111/j.1468-2486.2010.01002.x
- Detomasi, D., 2006. International Regimes: The Case of Western Corporate Governance. *International Studies Review*, 8(2), pp. 225-251. DOI: 10.1111/j.1468-2486.2006.00572.x
- Eichengreen, B., 2009. Lessons of the Crisis for Emerging Markets. *Asian Development Bank Institute Working Papers*, 179(15).
- El-Erian, M., 2008. *When Markets Collide: Investment Strategies for Age of Global Economic Change*. New York: McGraw Hill.
- Flesmes, D., 2007. Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case. GIGA Working Paper, 53. DOI: 10.2139/ssrn.1000123
- \_\_\_\_\_, D., 2010a. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53(1), pp.141-156. DOI: 10.1590/S0034-73292010000100008
- \_\_\_\_\_, 2010b. A visão brasileira da futura ordem global. *Contexto Internacional*, 32(2), pp.403-487. DOI: 10.1590/S0102-85292010000200005
- Fonseca, P., 2013. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Seminário apresentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 25 set. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/imagens/201309121650480.Conceito%20Desenvolvimentismo%20-%20Pedro%20Fonseca.pdf>. Acesso em: 2 fev 2015.
- Gerring, J., 2001. *Social Science Methodology: A Criteria Framework*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Giaccaglia, C., 2010. Condicionantes sociales en el proceso de formación de potências mundiales: un análisis de los países del IBSA a partir de un recorrido histórico. *Relaciones Internacionales*, 15, pp.33-60.
- Goertz, G., 2006. *Social Science Concepts: A User's Guide*. Princeton: Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_, 2009. Point of Departure: intension and extension. In D. Collier; J. Gerring, eds. *Concepts and Method in Social Science: Giovanni Sartori and his legacy*. New York: Routledge.
- Gratius, S., 2012. Brasil y la UE ante los poderes emergentes y la pujanza asiática. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, 97-98, pp.231-243.
- Gray, K. e Murphy, C., 2013. Introduction: Rising Powers and the Future of Global Governance. *Third World Quarterly*, 34(2), pp.183-193.
- Gross, B., 2009. On the “Course” to a New Normal. Pimco Investment Outlook. Disponível em: <http://global.pimco.com/EN/Insights/Pages/Gross%20Sept%20On%20the%20Course%20to%20a%20New%20Normal.aspx>. Acesso em: 2 fev 2013.
- Haibin, N., 2010. Emerging Global Partnership: Brazil and China. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, n. especial, pp.183-192. DOI: 10.1590/S0034-73292010000300011
- Hart, A. & Jones, B., 2010. How Do Rising Powers Rise? *Survival*, 52(5), pp.63-88.
- Harvey, C.R., 1995a. Predictable Risk and Returns in Emerging Markets. *Review of Financial Studies*, 8(3), pp.773-816. DOI: 10.1093/rfs/8.3.773
- \_\_\_\_\_, 1995b. The Risk Exposure of Emerging Equity Markets. *World Bank Economic Review*, 9(1), pp.19-50. DOI: 10.1093/wber/9.1.19
- Hurrell, A., 2000. Some Reflections on the Role of Intermediate Powers in International Institutions. *Woodrow Wilson Center Latin American Program Working Paper*, 244.

- \_\_\_\_\_, 2006. Hegemony, Liberalism and Global Order: What Space for Would-Be Great Powers? *International Affairs*, 82(1), pp.1-19. DOI: 10.1111/j.1468-2346.2006.00512.x
- \_\_\_\_\_, 2013. Narratives of Emergence: Rising Powers and the End of the Third World? *Brazilian Journal of Political Economy*, 33(2), pp.203-221. DOI: 10.1590/S0101-31572013000200001
- Hurrell, A. e Segupta, S., 2012. Emerging Powers, North-South Relations and Global Climate Politics. *International Affairs*, 88(3), pp.463-484. DOI: 10.1111/j.1468-2346.2012.01084.x
- Ikenberry, G.J., 2008. The Rise of China and Future of the West. *Foreign Affairs*, Jan-Feb. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/63042/g-john-ikenberry/the-rise-of-china-and-the-future-of-the-west> . Acesso em: 2 fev 2016.
- \_\_\_\_\_, 2011. The Future of Liberal World Order. *Foreign Affairs*, May-June. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67730/g-john-ikenberry/the-future-of-the-liberal-world-order>. Acesso em: 2 fev 2016.
- Ikenberry, G.J.; Mastanduno, M. e Wohlforth, W.C., eds., 2011. *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Ikenberry, G.J. e Wright, T., 2008. *Rising Powers and Global Institutions*. New York: The Century Foundation.
- Jordaan, E., 2003. The Concept of a Middle Power in International Relations: Distinguishing between Emerging and Traditional Middle Powers. *Politikon*, 30(2), pp.165-181. DOI: 10.1080/0258934032000147282
- Kang, D.C., 2007. *China Rising: Peace, Power and Order in East Asia*. New York: Columbia University Press.
- Khana, P., 2008. *O Segundo Mundo*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Kose, M., 2008. Seven Questions About Decoupling. *IMF Research Bulletin*, 9(3).
- Kumar, A., 2008. Paradoxes of Paradigm Shift: Indian Engagement with Liberalization and Globalization. *Futures*, 40(8), pp.762-766. DOI: 10.1016/j.futures.2008.02.003
- Lakoff, G., 1990. *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveals about the Mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- Layne, C., 2009. The Waning of U.S. Hegemony: Myth or Reality. *International Security*, 34(1), pp.147-172. DOI: 10.1162/isec.2009.34.1.147
- \_\_\_\_\_, 2012. This Time it's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana. *International Studies Quarterly*, 56(1), pp.203-213. DOI: 10.1111/j.1468-2478.2011.00704.x
- Lessa, A.C., ed., 2010. RBPI Especial Edition: Emerging Brazil under Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, n. especial.
- Levi, M.D., 2009. *International Finance*. London: Palgrave Macmillan.
- Lima, M.R., 2010. Brasil e os polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: R. Baumann, ed. *O Brasil e os demais BRICs: comércio e política*. Brasília: Cepal/Ipea.
- Macfarlane, N., 2006. The 'R' in BRICs: is Russia an emerging power? *International Affairs*, 82(1), pp.41-57. DOI: 10.1111/j.1468-2346.2006.00514.x
- Mallaby, S., 2011. Can the BRICs take the IMF? *Foreign Affairs*, June. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67885/sebastian-mallaby/can-the-brics-take-the-imf>. Acesso em: 2 fev 2016.
- Mittelman, J., 2013. Global Bricolage: Emerging Market Powers and Polycentric Governance. *Third World Quarterly*, 34(1), pp.23-37. DOI: 10.1080/01436597.2013.755355
- Mearsheimer, J., 2001. *Tragedy of Great Powers Politics*. New York: Norton.
- Nel, P., 2010. Redistribution and Recognition: What Emerging Regional Powers Want. *Review of International Studies*, 36(4), pp.951-974. DOI: 10.1017/S0260210510001385
- Nolte, D., 2010. How to Compare Regional Powers: Analytical Concepts and Research Topics. *Review of International Studies*, 36(4), pp.881-901. DOI: 10.1017/S026021051000135X
- O'Neill, J., 2001. Building Better Global Economic BRICs. *Goldman Sachs Global Economics Paper*, 66. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 2 fev 2016.
- \_\_\_\_\_, 2003. Dreaming with BRICs: Path to 2050. *Goldman Sachs Global Economics Paper*, 99. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>. Acesso em: 2 fev 2013.
- \_\_\_\_\_, 2007. *BRICs and Beyond*. New York: Goldman Sachs.
- O'Neill, J.; Wilson, D.; Purushothaman, R. e Stupnytska, A., 2005. How Solid are the BRICs? *Goldman Sachs Global Economics Paper*, n. 134. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/how-solid.pdf>. Acesso em: 04.mai.2013
- Palat, R., 2008. A New Bandung? Economic Growth vs. Distributive Justice among Emerging Powers. *Futures*, 40(8), pp.721-734. DOI: 10.1016/j.futures.2008.02.004
- Pereiro, L., 2002. *Valuation of Companies in Emerging Markets – a practical approach*. New York: Wiley.
- Pilbeam, K., 2013. *International Finance*. London: Palgrave Macmillan.
- Rosh, E. & Mervis, C., 1975. Family Resemblances: Studies in the Internal Structure of Categories. *Cognitive Psychology*, 7, pp.573-605.
- Santos, T., 2011. Globalization, Emerging Powers, and the Future of Capitalism. *Latin American Perspectives*, 38(2), pp.45-57. DOI: 10.1177/0094582X10388500
- Sartori, G., 1970. Concept Misformation in Comparative Politics. *The American Political Science Review*, 64(4), pp.1033-1053. DOI: 10.2307/1958356

- Schenoni, L., 2012. Ascenso y hegemonía: pensando a las potências emergentes desde América del Sur. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 55(1), pp.31-48. DOI: 10.1590/S0034-73292012000100003
- Schirm, S., 2010. Leaders in Need of Followers: Emerging Powers in Global Governance. *European Journal of International Relations*, 16(2), pp.197-221. DOI: 10.1177/1354066109342922
- Schwengel, H., 2008. Emerging Powers as Fact and Metaphor: Some European Ideas. *Futures*, 40(8), pp.767-776. DOI: 10.1016/j.futures.2008.02.006
- Silva, A. 2013. Os países emergentes na política internacional: o grupo Next Eleven (N-11) e as convergências com a política externa brasileira. *Estudos Internacionais*, 1(2), pp.205-222.
- Solnik, B., 1991. *International Investments*. New York: Addison Wesley.
- Spence, M., 2009. Emerging Financial Markets after the Global Financial Crisis. PIMCO Viewpoints, Aug. Disponível em: <https://japan.pimco.com/EN/Insights/Pages/Emerging%20Financial%20Markets%20Spence%20August.aspx>. Acesso em: 2 fev 2016.
- Stuenkel, O., 2010. Identity and the Concept of West: The Case of Brazil and India. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 54(1), pp.178-195. DOI: 10.1590/S0034-73292011000100011
- Tammen, R., 2006. The Impact of Asia on World Politics: China and India Options for the United States. *International Studies Review*, 8(1), pp.563-580. DOI: 10.1111/j.1468-2486.2006.00626.x
- Vanaik, A., 2013. Capitalist Globalization and the Problem of Stability: Enter the New Quintet and other Emerging Powers. *Third World Quarterly*, 34(2), pp.194-213. DOI: 10.1080/01436597.2013.775779
- Visentini, P. e Vieira, M., 2013. *BRICS: as potências emergentes*. Porto Alegre: Vozes.
- Visentini, P. e Silva, A., 2010. O Brasil e o multilateralismo econômico, político e ambiental: o governo Lula (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, pp.54-72. DOI: 10.1590/S0034-73292010000300004
- Waltz, K., 1993. Emerging Structure of International Politics. *International Security*, 18(2), pp.47-79. DOI: 10.2307/2539097.
- Weber, S. e Bussels, J., 2005. Will Information Technology Reshape the North-South Asymmetry of Power in the Global Political Economy? *Studies in Comparative International Development*, 40(2), pp.62-84. DOI: 10.1007/BF02686294
- Wittgenstein, L., 2009. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell.
- Yu, Y., 2011. Identifying the Linkages between Major Mining Commodity Prices and China’s Economic Growth – Implications for Latin America. IMF Working Paper, 11(86). Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp1186.pdf> Acesso em: 22 fev 2016.
- Zakaria, F., 2008. *The Post-American World*. New York/London: W.W. Norton and Company.

## Outras fontes

- International Finance Corporation, 1999. Emerging Markets Factbook. Disponível em: <http://ifcext.ifc.org/ifcext/pressroom/ifcpressroom.nsf/1f70cd9a07d692d685256ee1001cdd37/dc60a4a8b7527231852569740051bb6d?OpenDocument>. Acesso em: 07.mai.2013.
- International Monetary Fund, 2013. *World Economic Outlook*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/>. Acesso em: 2 fev 2016.
- IPEA, 2011. *Desafios para o desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA.
- World Bank, 2013. *World Development Report*. Disponível em: <https://www.wdronline.worldbank.org/>. Acesso em 2 fev 2016.
- WTO, 2014. *WTO Trade Statistics*. Disponível em: <http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=>. Acesso em: 4 fev 2016.

## Abstract

This work analyses the lexicon “emerging” in its appropriation as a category of International Relations. It is aimed to delimit a conceptual prototype of term from the connotative spectrum arisen from its denotation of international political subjects. The conceptual prototype of an “Emergent” is delimited from the analysis of the “conceptual stretching” resulting from the “conceptual travelling” during its appropriation by International Relations. The analyses are constituted of three steps. At first, it is observed the semantic transformations of the lexicon in its original literature, in the light of the underlying historicity of the process. This appropriation is measured through the study of the term frequency of reference in seventeen editorial databases. The ending stage is consisted of labeling “family resemblances” in all publications qualified as A1 and A2 in the Qualis CAPES system that uses the lexicon “Emerging Market”, “Emerging Country” and “Emerging Power”. The analysis reveals that the transformation in the referents of the term “Emerging Markets” bequeath a political meaning for the qualifier, conducting itself to denote International Relations phenomena. This process is correlated to an expansion of the references to the lexicon in academic journals on the matter. Acknowledging that, the conceptual prototype set the attributes of its established use. The work intends to contribute to the concept formation by systematizing its “State of Art” in International Relations. The connotative spectrum of the purposed conceptual prototype is expected to be theoretically hierarchized in further efforts.

KEYWORDS: emerging powers; emerging countries; emerging markets; conceptual travelling; conceptual stretching.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC-BY-NC 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

## Apêndice 1 – Os Brics na economia internacional

Tabela 1A – Participação no Comércio Corrente Mundial de Economias Seleccionadas

	1991- 2000	2001-2010
Países em desenvolvimento e mercados emergentes	27,7%	45,5%
Brasil	0,9%	1%
Rússia	-	1,8%
Índia	0,65%	1,3%
China	2,65%	7,3%

Fonte: WTO (2014).

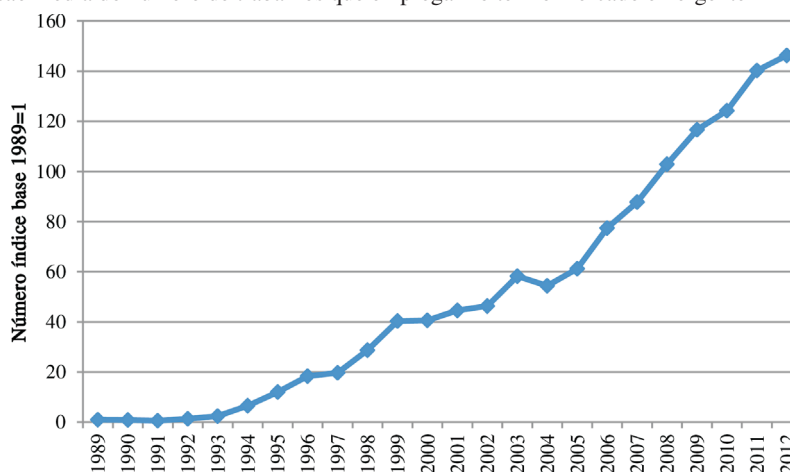
Tabela 2A – Participação no PIB Mundial de Economias Seleccionadas

	1990	2000	2010
OCDE	79,7%	79,9%	66,2%
Não OCDE - China inclusive	20,3%	20,1%	33,9%
Não OCDE – China exclusive	18,5%	16,4%	24,5%
China	1,8%	3,7%	19,4%

Fonte: IMF (2013).

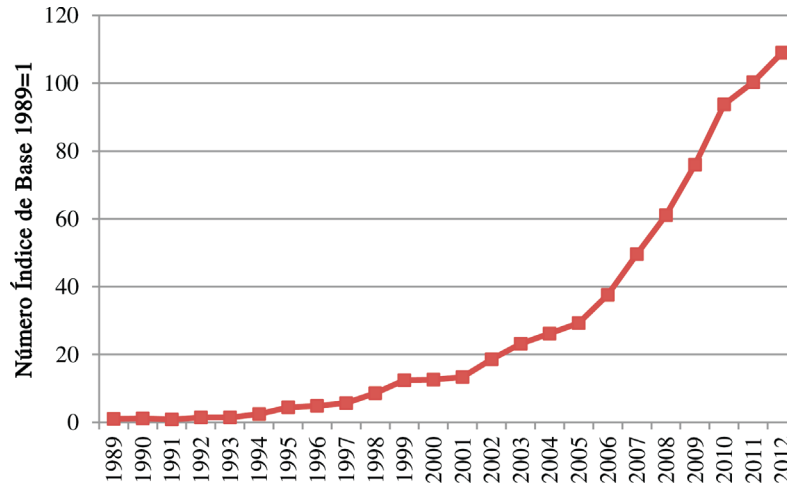
## Apêndice 2 – Estudo da disseminação do léxico *emergente*

Gráfico 1B - Expansão média do número de trabalhos que empregam o termo mercado emergente



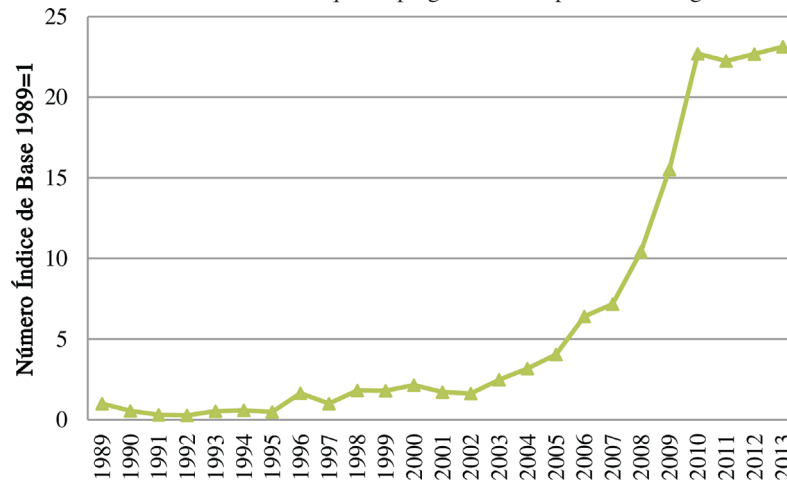
Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Gráfico 2B - Expansão média do número de trabalhos que empregam o termo país emergente



Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Gráfico 3B - Expansão média do número de trabalhos que empregam o termo potência emergente



Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Tabela IB – Matriz de Correlações de Pearson para busca “Mercado(s) Emergente(s)”

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
A - Qualis A1 e A2	1,0000																
B - Portal de Periódicos CAPES	0,8237	1,0000															
C - ASP-EBSCO	0,8226	0,9777	1,0000														
D - Gale - AcademicOneFile	0,8547	0,9887	0,9751	1,0000													
E - CAPES - Teses de Doutorado	0,7694	0,8218	0,7715	0,8345	1,0000												
F - CAPES - Dissertações de Mestrado	0,8516	0,8815	0,9093	0,9028	0,7353	1,0000											
G - Cambridge Journals Online - Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades	0,7163	0,7698	0,7847	0,7592	0,5631	0,7018	1,0000										
H - Duke University	0,4841	0,4317	0,5302	0,4743	0,3725	0,5715	0,2577	1,0000									
I - Jstor - Ciência Política e Relações Internacionais	0,5264	0,3143	0,4406	0,4161	0,3035	0,5758	0,2833	0,5717	1,0000								
J - Oxford Press	0,4905	0,4957	0,4861	0,5635	0,3318	0,4162	0,3078	0,2694	0,3935	1,0000							
K - Project Muse	0,8056	0,8104	0,8341	0,8252	0,7756	0,8985	0,6138	0,6763	0,5485	0,2225	1,0000						
L - Sage - Ciência Política e Relações Internacionais	0,7972	0,9561	0,9322	0,9484	0,8165	0,8763	0,7099	0,3569	0,3599	0,4786	0,8229	1,0000					
M - Google Acadêmico	0,8196	0,9839	0,9829	0,9676	0,8109	0,8966	0,7607	0,4654	0,3705	0,4280	0,8565	0,9625	1,0000				
N - SCOPUS - Social Sciences	0,8283	0,9919	0,9703	0,9751	0,8275	0,8779	0,7678	0,3883	0,3078	0,4488	0,8183	0,9676	0,9902	1,0000			
O - Scielo - BR	0,3850	0,3652	0,4337	0,3538	0,0000	0,3540	0,4896	0,0981	0,3225	0,2719	0,2347	0,3130	0,3917	0,3786	1,0000		
P - Web of Science - Relações Internacionais	0,3446	0,2802	0,3371	0,3077	0,3718	0,2861	0,6111	0,1276	0,4277	0,0715	0,3698	0,3520	0,3411	0,3147	0,2519	1,0000	
Q - Wiley	0,8541	0,9891	0,9848	0,9802	0,8379	0,8924	0,7764	0,4678	0,3693	0,4651	0,8342	0,9431	0,9907	0,9876	0,3795	0,3268	1,0000
Média Aritmética:	0,6984	0,7372	0,7409	0,7160	0,5622	0,6679	0,5578	0,3802	0,3875	0,3607	0,6561	0,7076	0,6784	0,5603	0,3157	0,3268	0,5659

Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.



Tabela 2B – Matriz de correlações de pearson para busca “País(es) Emergente(s)”

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
A - Qualis A1 e A2	1,0000																
B - Portal de Periódicos CAPES	0,8377	1,0000															
C - ASP-EBSCO	0,8690	0,9626	1,0000														
D - Gale - AcademicOneFile	0,8693	0,9798	0,9844	1,0000													
E - CAPES - Teses de Doutorado	0,7927	0,9553	0,9199	0,9265	1,0000												
F - CAPES - Dissertações de Mestrado	0,7259	0,9099	0,9070	0,9034	0,9438	1,0000											
G - Cambridge Journals Online - Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades	0,6422	0,7276	0,8200	0,7895	0,6992	0,7190	1,0000										
H - Duke University	0,3745	0,3819	0,3842	0,3878	0,3428	0,2392	0,2348	1,0000									
I - Jstor - Ciência Política e Relações Internacionais	0,5923	0,4444	0,5585	0,5387	0,5019	0,5977	0,5581	-0,0564	1,0000								
J - Oxford Press	0,8141	0,9550	0,9258	0,9335	0,9114	0,9159	0,7187	0,2506	0,4607	1,0000							
K- Project Muse	0,8046	0,7675	0,7961	0,7721	0,8262	0,7327	0,5209	0,5702	0,4181	0,6705	1,0000						
L - Sage - Ciência Política e Relação Internacionais	0,7732	0,9565	0,9457	0,9430	0,8808	0,8442	0,7965	0,3937	0,3292	0,9264	0,6913	1,0000					
M - Google Acadêmico	0,8403	0,9878	0,9759	0,9764	0,9693	0,9426	0,7610	0,3572	0,5211	0,9562	0,7848	0,9370	1,0000				
N - SCOPUS -Social Sciences	0,8209	0,9923	0,9487	0,9626	0,9416	0,8843	0,7266	0,3914	0,3676	0,9573	0,7461	0,9643	0,9769	1,0000			
O - Scielo - BR	0,7618	0,8893	0,8567	0,8786	0,7963	0,7659	0,6680	0,4451	0,2617	0,8629	0,6149	0,8791	0,8727	0,9045	1,0000		
P - Web of Science - Relações Internacionais	0,7422	0,8122	0,7907	0,8120	0,7350	0,6209	0,5809	0,4652	0,3480	0,6626	0,7170	0,7823	0,7668	0,7967	0,6626	1,0000	
Q - Wiley	0,8475	0,9885	0,9592	0,9712	0,9306	0,9033	0,7506	0,3984	0,4600	0,9619	0,7548	0,9616	0,9728	0,9811	0,8820	0,8020	1,0000
Média Aritmética:	0,7568	0,8474	0,8409	0,8304	0,7899	0,7423	0,6316	0,3573	0,3958	0,8879	0,7181	0,9049	0,8973	0,8941	0,7723	0,8020	0,7543

Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Tabela 3B – Matriz de Correlações de Pearson para busca “Potência(s) Emergente(s)”

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
A - Qualis A1 e A2	1,0000																
B - Portal de Periódicos CAPES	0,8223	1,0000															
C - ASP-EBSCO	0,8282	0,9568	1,0000														
D - Gale - AcademicOneFile	0,8031	0,9650	0,9541	1,0000													
E - CAPES - Teses de Doutorado	0,6543	0,8424	0,8173	0,8658	1,0000												
F - CAPES - Dissertações de Mestrado	0,6321	0,8291	0,7634	0,7362	0,7436	1,0000											
G - Cambridge Journals Online - Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades	0,7471	0,9112	0,9532	0,8993	0,7779	0,7823	1,0000										
H - Duke University	0,2057	0,0392	-0,0430	0,0251	0,0909	-0,0670	-0,1280	1,0000									
I - Jstor - Ciência Política e Relações Internacionais	0,8033	0,8297	0,9105	0,8738	0,6410	0,5151	0,8085	0,0265	1,0000								
J - Oxford Press	0,6467	0,8950	0,7639	0,8101	0,7745	0,7826	0,7302	0,1091	0,6047	1,0000							
K - Project Muse	0,7044	0,8918	0,9263	0,9294	0,8129	0,6228	0,8778	-0,0049	0,8930	0,7533	1,0000						
L - Sage - Ciência Política e Relações Internacionais	0,7037	0,8070	0,6909	0,8170	0,7853	0,7451	0,6361	0,1558	0,5801	0,7583	0,6530	1,0000					
M - Google Acadêmico	0,8710	0,9847	0,9687	0,9581	0,8516	0,8359	0,9216	0,0007	0,8446	0,8515	0,8808	0,8117	1,0000				
N - SCOPUS - Social Sciences	0,8609	0,9619	0,9236	0,9037	0,7915	0,8750	0,8602	0,0020	0,7868	0,8653	0,7971	0,7788	0,9717	1,0000			
O - Scielo - BR	0,5830	0,8011	0,7073	0,6679	0,6839	0,7921	0,7500	0,0855	0,4672	0,8821	0,6235	0,5193	0,7728	0,7971	1,0000		
P - Web of Science - Relações Internacionais	0,7261	0,9077	0,9464	0,8967	0,8156	0,7746	0,9883	-0,1098	0,7862	0,7460	0,8862	0,6200	0,9164	0,8541	0,7828	1,0000	
Q - Wiley	0,8399	0,9633	0,9750	0,9264	0,7956	0,8052	0,9361	-0,0343	0,8477	0,8085	0,8672	0,6936	0,9735	0,9525	0,7868	0,9335	1,0000
Média Aritmética:	0,7145	0,8391	0,8041	0,7930	0,7137	0,6785	0,7381	0,0256	0,7263	0,8186	0,7846	0,6847	0,9086	0,8679	0,7848	0,9335	0,7385

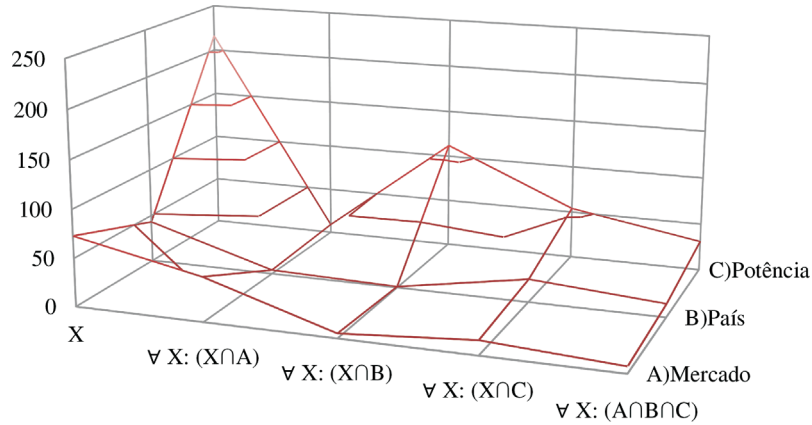
Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Tabela 4B – Matriz de Correlação de Pearson para os dados dos Gráficos 1B, 2B e 3B

	<b>Mercado</b>	<b>País</b>	<b>Potência</b>
Mercado	1		
País	0,973663	1	
Potência	0,925036	0,982395	1
Média	0,949349	0,982395	0,965872

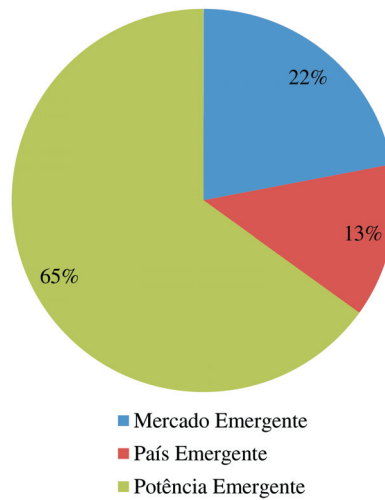
Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Gráfico 4B - Frequência léxica combinada de substantivações do termo emergente



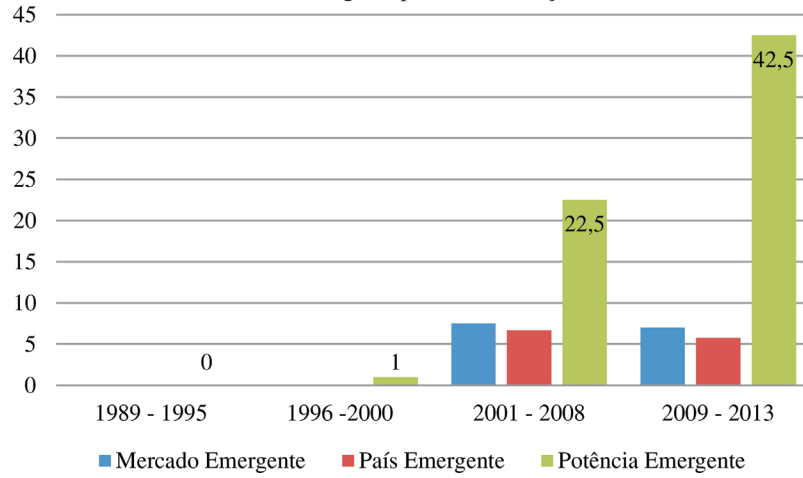
Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Gráfico 5B - Frequência léxica de substantivação do termo emergente



Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.

Gráfico 6B – Média anual de referência do léxico emergente por substantivação



Fonte: Os autores, a partir de bases de dados do Portal de Periódicos CAPES.